

BIBLIOTHECA DA FACULDADE DE DIREITO
DO RECIFE

OBRA
VOLUME

N.

30100

CLASSIFICAÇÃO

OBSERVAÇÕES

EXTRACTO
DO REGULAMENTO INTERNO DA FACULDADE
DE DIREITO DO RECIFE.

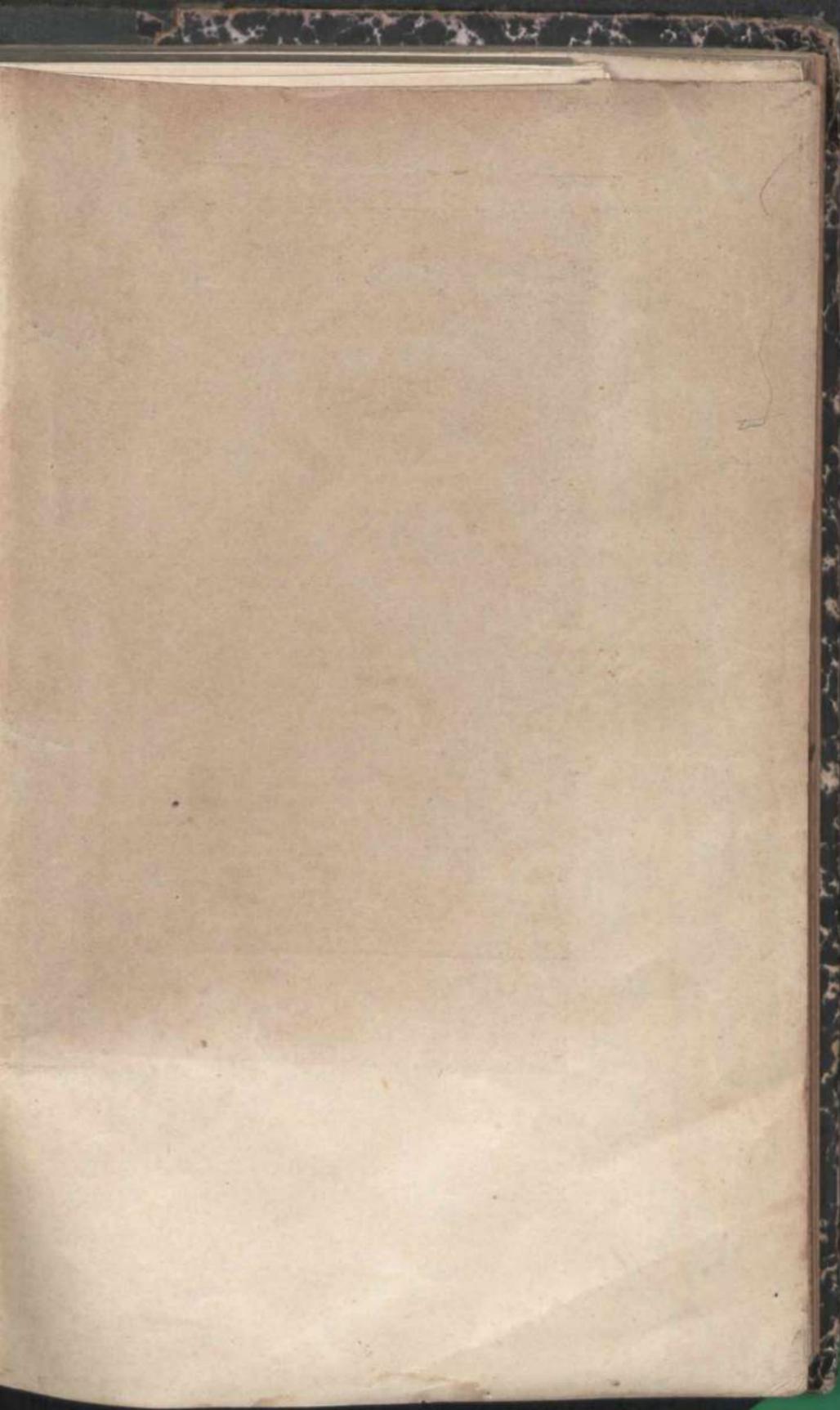
Art. 82. - Os livros da Bibliotheca não poderão ser objecto de leitura fóra do Estabelecimento, salvo pelos Professores da Faculdade ou Livres docentes que mantiverem curso no Instituto, por um prazo nunca excedente de 30 dias, podendo o Bibliothecario exigir a entrega immediata de qualquer livro, desde que este seja reclamado para consulta.

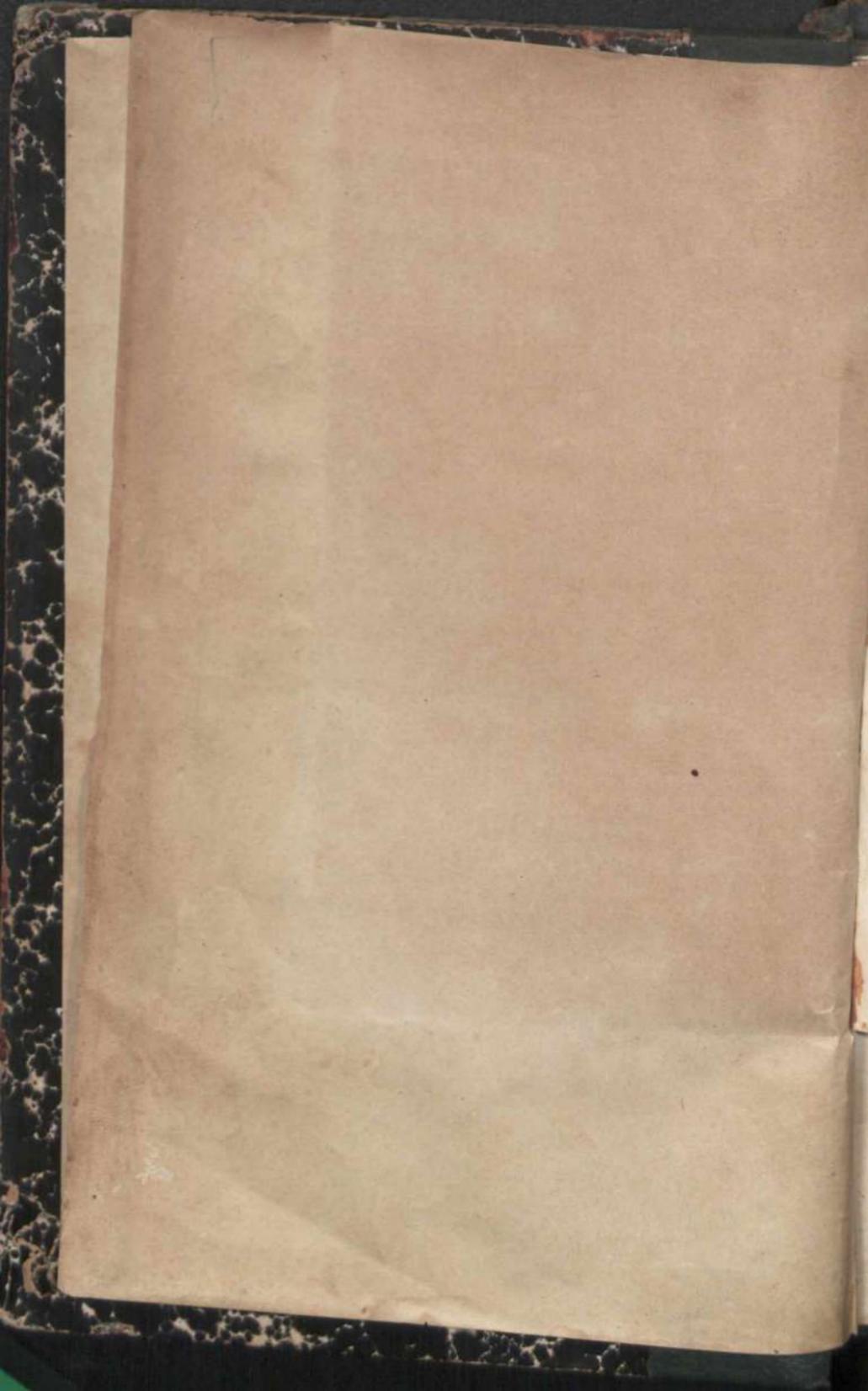
Art. 83. - No salão de deposito dos livros somente é permitido o ingresso aos Professores e aos empregados da secção. Os chefes e empregados das outras secções, os estudantes e o publico em geral, serão attendidos no salão de leitura, mediante pedidos impressos, que lhes fornecerão os empregados do serviço.

Art. 85. - Ao Bibliothecario incumbem :

5.º - observar e fazer observar este Regimento e o Decr. n. 11 530, mantendo rigorosamente a ordem, o asseio e o respeito em todas as secções da repartição a seu cargo ;

6.º - comunicar immediatamente ao Director qualquer facto anormal que se dê na mesma repartição.





FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

1.^a CADEIRA DO 1.^o ANNO

PHILOSOPHIA DO DIREITO

Dr. Laurindo Leão

Lente Cathedratico

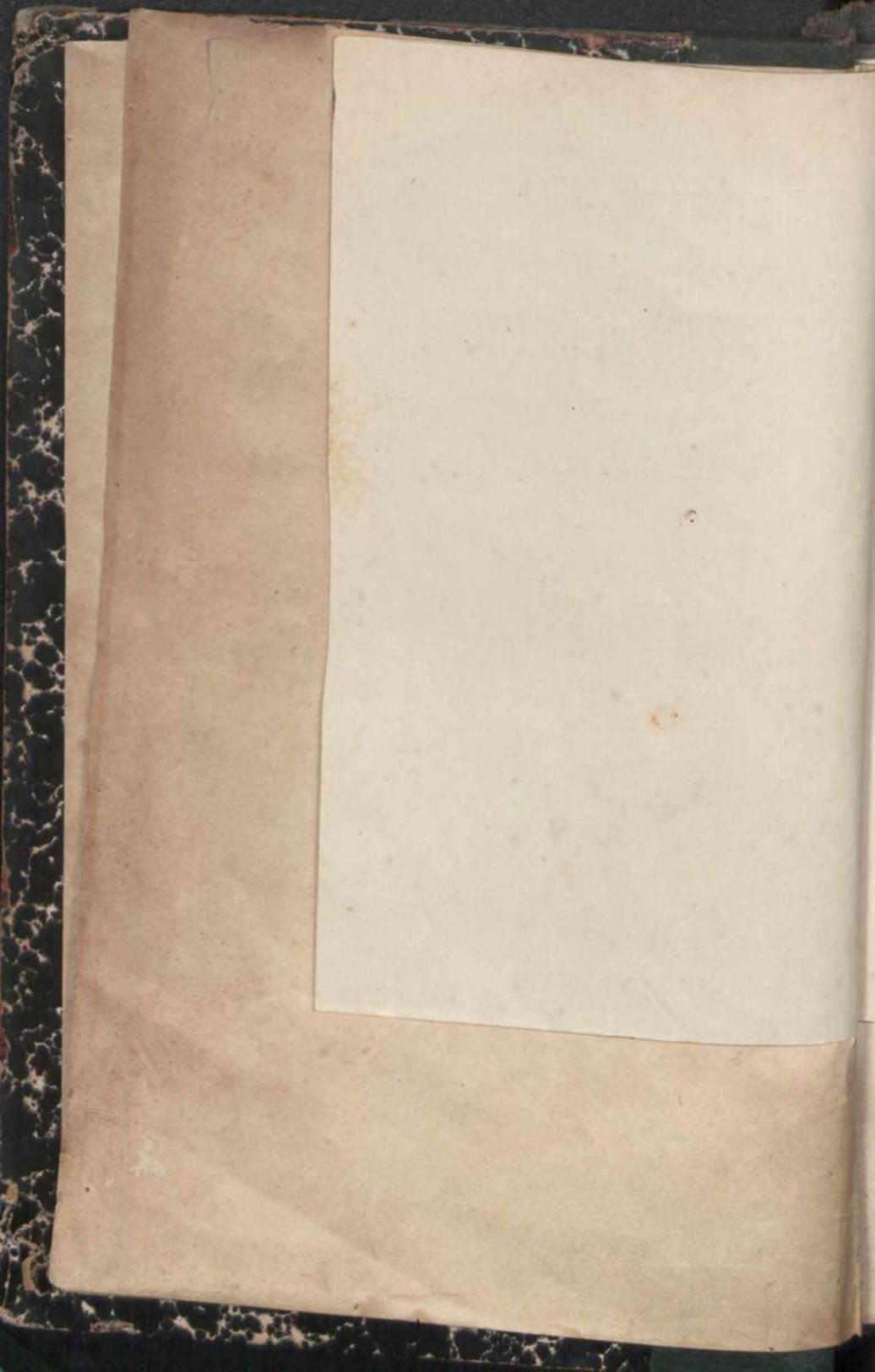
ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a Cadeira do 1.^o Anno

PHILOSOPHIA DO DIREITO

1.^a Parte:—Direito em geral

1. As theorias ontologica, ideologica, methodologica e phenomenista diversificam o conceito da philosophia.
Sua intervenção nas philosophias geraes, especialmente a social.
Sua influencia nas particulares, especialmente a juridica.
2. Philosophia ontologica e seus systemas: hylozoismo, espiritalismo, materialismo.
Sua intervenção no *cosmos*, vida, espirito e sociedade.
Sua influencia no direito.
3. Philosophia ideologica e seus systemas: idealismo, realismo e phenomenismo.
Sua influencia no direito.
4. Philosophia methodologica e seus syste-

mas: apriorismo, empirismo e phenomenismo.

Sua influencia no direito.

5. Theoria dos methodos analogicos e seus systemas e escolas: ultra-analogismo (cosmologismo, biologismo e psychologismo) e analogismo (zoologismo e ethnologismo).

Sua influencia no direito.

6. Philosophia phenomenista e seus systemas: criticismo, positivismo e evolucionismo.

Sua intervenção no *cosmos*, vida, espirito e sociedade.

Sua influencia no direito.

7. Theoria da relatividade do conhecimento e seus systemas: criticismo, positivismo, gnoseologismo e phenomenismo.

Sua influencia no direito.

Reacções da ontologia e sua improcedencia.

8. Theoria da classificação das sciencias e seus systemas: subjectivismo, transicionismo e objectivismo.

Sua influencia no direito.

A questão da sociologia.

9. Theoria da subclassificação das sciencias e seus systemas: monismo, dualismo e phenomenismo.

Sua influencia no direito.

10. Theoria da coordenação das leis e seus systemas e escolas: supernaturalismo, eclecticismo e naturalismo: monismo, dualismo e phenomenismo.

Sua intervenção no *cosmos*, vida, espirito e sociedade.

Sua influencia no direito.

11. Theoria da constituição universal e seus systemas: mecanicismo, consciencialismo, eclecticismo e phenomenismo.

Sua intervenção no *cosmos*, vida, espirito e sociedade.

Sua influencia no direito.

12. Theoria do desenvolvimento universal e seus systemas: evolucionismo, progressismo, eclecticismo e phenomenismo.

Sua intervenção no *cosmos*, vida, espirito e sociedade.

Sua influencia no direito.

13. Theoria da produção universal e seus

systemas: causalismo, finalismo, eclectismo e phenomenismo.

Sua intervenção no *cosmos*, vida, espirito e sociedade.

Sua influencia no direito.

14. Os caracteres do direito nesses systemas: direito natural, immutavel, universal, etc.; direito positivo, mutavel, nacional, etc.; um e outro desses direitos: distincção pelo phenomenismo, do momento do direito.

2.^a Parte — Estudos das sciencias do direito

15. Systemas do direito privado: referencias ontologicas e restricções phenomenaes; bases ideologicas e methodologicas.

Idéas geraes da producção, desenvolvimento e constituição da personalidade.

16. Idéas geraes da producção, desenvolvimento e constituição da familia.

17. Idéas geraes da producção, desenvolvimento e constituição da propriedade.

18. Idéas geraes de producção, desenvolvimento e constituição das obrigações.

19. Systemas do direito commercial: referencias ontologicas e restricções phe-

nomenaes; bases ideologicas e methodologicas.

Idéas geraes da producção, desenvolvimento e constituição do commercio.

20. Systemas do direito publico: referencias ontologicas e restricções phenomenaes; bases ideologicas e methodologicas.

Idéas geraes da producção, desenvolvimento e constituição do Estado.

21. Systemas do direito criminal: referencias ontologicas e restricções phenomenaes; bases ideologicas e methodologicas.

Idéas geraes da producção, desenvolvimento e constituição do crime e pena.

22. Systemas do direito processual.

Idéas geraes da producção, desenvolvimento e constituição do processo.

23. Systemas do direito publico internacional: referencias antologicas e restricções phenomenaes; bases ideologicas e methodologicas.

Idéas geraes da producção, desenvolvimento e constituição das relações internacionaes dos Estados.

24. Systemas do direito privado internacional.

Idéas geraes da producção, desenvolvimento e constituição das relações internacionaes dos individuos.

25. Conclusão: caracter da associação e do principio juridico e sua differenciação dos mais phenomenos universaes: mecanismo, organismo e consciencia e seus principios, gravitação, afinidade, etc.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

O Lente Cathedratico,

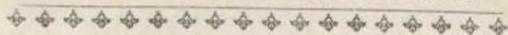
DR. LAURINDO LEÃO.

Approved em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Programma de Ensino

DA

2.^a CADEIRA DO 1.^o ANNO



DIREITO ROMANO

D.^a Manoel Netto C. Campello

Lente Cathedratico



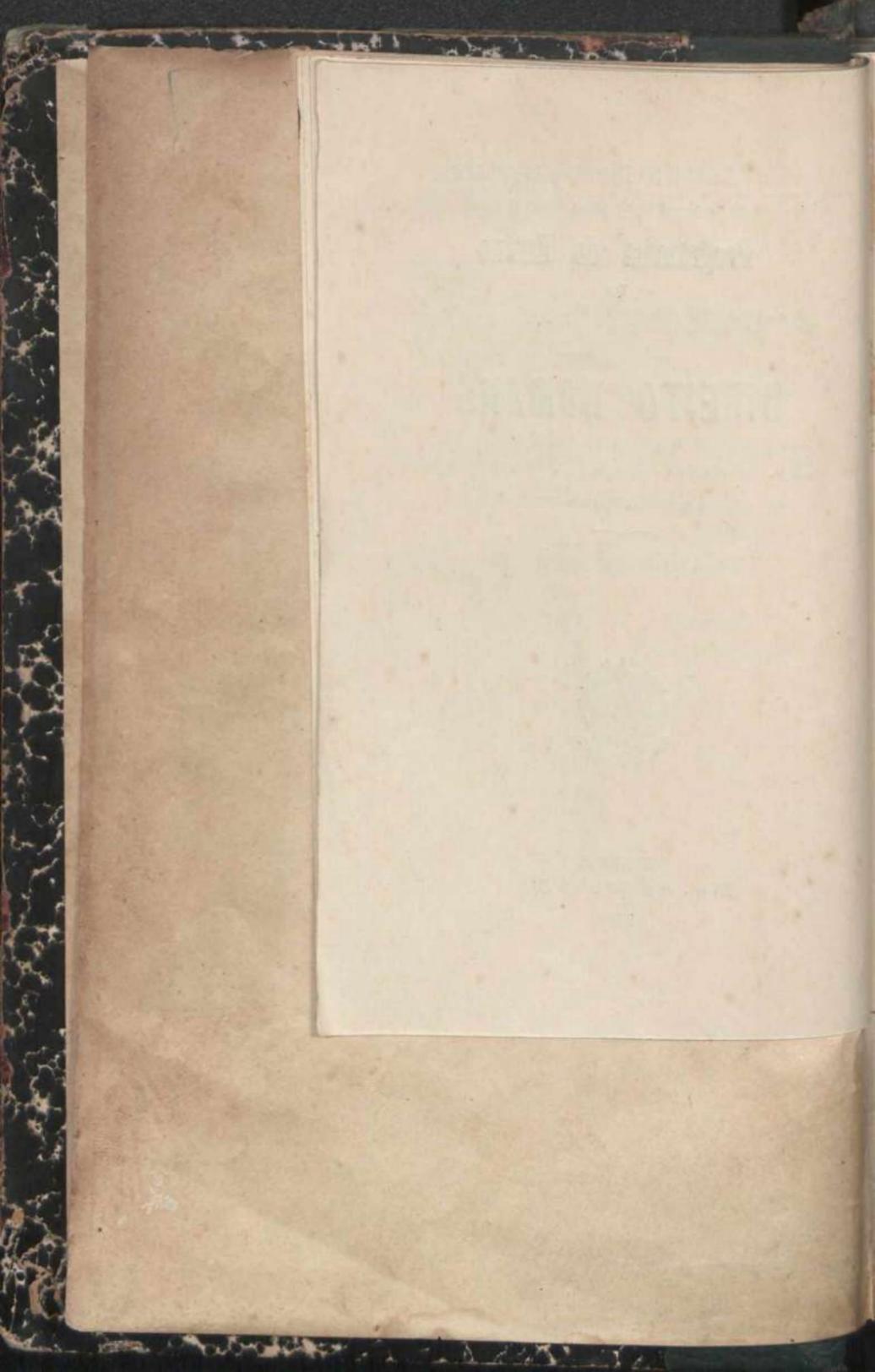
ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a Cadeira do 1.^o Anno

DIREITO ROMANO

1. Importancia de Roma na historia universal. Divisão da historia do direito romano. Methodos para o estudo dessa historia. Universalidade do direito romano.
2. Definição do direito romano, suas divisões, importancia e utilidade do seu estudo. Cosmogonia romana do direito. Como ella caracteriza a intelligencia dos romanos.
3. Fontes do direito romano e indicação dos jurisconsultos notaveis nos quatro periodos ou epccas em que se divide geralmente a historia externa desse direito. Litteratura juridica em suas generalidades.
4. Legislação Justineanea. Organismo do *Corpus Juris*. Modo de citar as suas partes. Novo methodo de ensino introduzido nas escolas de direito.
5. Do direito e suas principaes accepções.

Noção do direito (*jus*) no sentido subjectivo e objectivo. Preceitos do direito. Da justiça e da equidade.

6. Conservação e extensão do direito escripto. Estabilidade do direito da Lei das XII Taboas. Razões desse phenomeno. Do direito escripto e não escripto e indicação dos elementos principaes do primeiro.
7. Da interpretação, suas especies e regras. Da classificação do direito privado romano em direito das pessoas, das coisas e das acções.
8. Noção dos direitos das pessoas, requisitos da personalidade physica e sua extincção. Divisão das pessoas. Das pessoas reaes quanto á liberdade e á familia.
9. Da *capitis diminutio*, suas especies e effeitos.
10. Das pessoas juridicas, sua capacidade juridica, condições de existencia e sua extincção.
11. Condições modificativas do estado juridico das pessoas.
12. Origem da escravidão, condições juridicas do escravo, extincção da escravidão.

13. Estado da familia, noção da familia romana e relação de parentesco.
14. Do patrio poder, suas fontes e seus effeitos. Da extincção do patrio poder, suas causas e seus effeitos.
15. Das nupcias, suas condições de validade, seus effeitos e instituições affins.
16. Da legitimação e adopção, suas especies e seus effeitos.
17. Da *manus*. Modos de constituição da *manus* estabelecida *matrimonii causa*, seus effeitos e causas de sua extincção.
18. Noção e especies de tutela. Causas que excluem ou dispensam da tutela. Obrigações e funcções do tutor.
19. Noções e especies de curatela, semelhanças e differenças entre tutela e curatela.
20. Das coisas e suas divisões.
21. Da posse e suas especies. Modos pelos quaes se adquire, conserva e perde a posse. Dos interdictos.
22. Do *dominium ex jure quiritium*. Modos de aquisição da propriedade.
23. Das servidões e suas differentes especies.

24. Do direito de superficie. Do *jus in agro vectigali*. Da *emphyteuse*.
25. Do penhor e *hypotheca*.

Curso complementar

26. Das doações, suas formas e efeitos.
27. Do dote, sua constituição e direitos do marido sobre elle no antigo direito e no direito de Justiniano.
28. Do testamento e suas formas.
29. Dos legados e suas especies; dos *fideicommissos* e *codicillos*.
30. Do direito de successão.
31. Das obrigações e suas especies.
32. Dos contractos; regras *communis* ás suas differentes especies.
33. Das acções e suas diversas divisões.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

O Lente Cuthedratico,

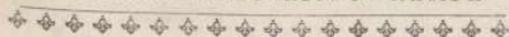
DR. MANOEL NETTO C. CAMPELLO.

Approved em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Programma de Ensino

DA

1.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO



DIREITO CONSTITUCIONAL

Dr. Virginia Marques

Lente Cathedratico



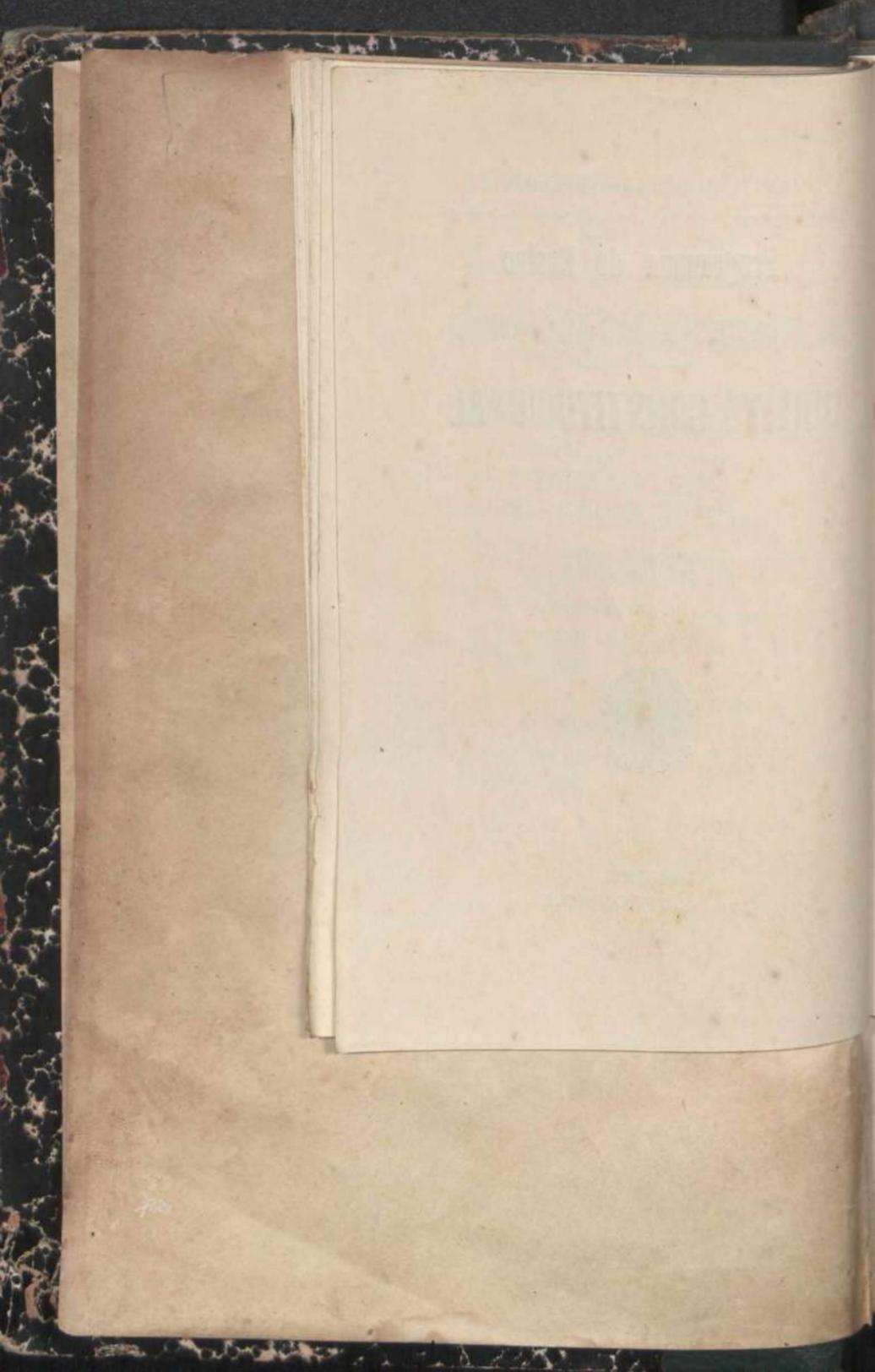
ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a Cadeira do 2.^o Anno

(Direito Publico e Constitucional)

1. Do direito em geral Direito publico e privado. Direito Constitucional.
2. Conceito do Estado. Critica das diversas theorias relativas aos fins do Estado.
3. A soberania e sua legitimidade. Critica das diversas theorias relativas á origem da soberania. Caracteres da soberania.
4. O poder publico. Necessidade de divisão das funcções do poder publico e da harmonia entre os differentes ramos d'esse poder. O poder constituinte não é distincto do poder legislativo.
5. Do governo. Classificação das formas de governo. O parlamentarismo e o presidencialismo.
6. Constituição, sua natureza. Leis secundarias. A constituição ingleza e sua influencia nas outras constituições. As constituições dos Estados Unidos do Norte e da Suissa.

7. Historia do regimen constitucional no Brasil. A constituição de 24 de Fevereiro de 1891.
8. Regimen federal. Organização federal brasileira. A União e os Estados.
9. Orgãos da soberania nacional. O poder legislativo e sua natureza. Unidade e dualidade de camaras. Systemas electoraes. Necessidade da representação das minorias.
10. A Camara dos deputados e sua composição.
11. O Senado e sua composição. Funções do Senado.
12. Atribuições especiaes da Camara e do Senado.
13. Das leis. Limite permanente e temporario á actividade legislativa. Da sancção, promulgação e publicação das leis. O veto presidencial.
14. Do poder executivo e sua organização na monarchia e na republica. Do presidente e vice-presidente da republica. Atribuições do presidente da republica.
15. Dos Ministros, suas funções, seu character e sua responsabilidade.

16. Da eleição presidencial. Diversos systemas para a escolha do presidente da Republica. Duração do mandato.
17. Responsabilidade do presidente da Republica. Competencia para accusal-o, tribunal que o julga e forma de julgamento.
18. O poder judiciario na monarchia e na republica. Diversos systemas de organização do poder judiciario.
19. Organização judiciaria federal. O Supremo Tribunal Federal. Tribunaes e juizes singulares—O jury.
20. Do tribunal de contas e seu fim.
21. Dos Estados, sua autonomia e independencia.
22. Do Município. Autonomia municipal.
23. Cidadão brasileiro. Nativismo e naturalisação. Acquisição, suspensão e perdas dos direitos de cidadão brasileiro.
24. Declaração de direitos. Fundamento philosophico e historia do reconhecimento dos direitos individuaes nas legislações.
25. Direito de liberdade. Liberdade de consciencia. Relações entre a Igreja e o Estado.

26. A liberdade profissional, restricções que comporta.
27. A manifestação do pensamento. Liberdade da imprensa e do ensino.
28. A egualdade civil e a desigualdade politica.
29. Do direito de propriedade. Desapropriação por utilidade publica.
30. Garantia dos direitos individuaes. O *habeas-corpus*.
31. Suspensão das garantias constitucionaes. O estado de sitio.
32. Da reforma constitucional e seu processo.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

O Lente Cathedratico.

DR. VIRGINIO MARQUES CARNEIRO LEÃO.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario.

HENRIQUE MARTINS.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

2.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

Direito Internacional Publico, Diplomacia e
Direito Internacional Privado

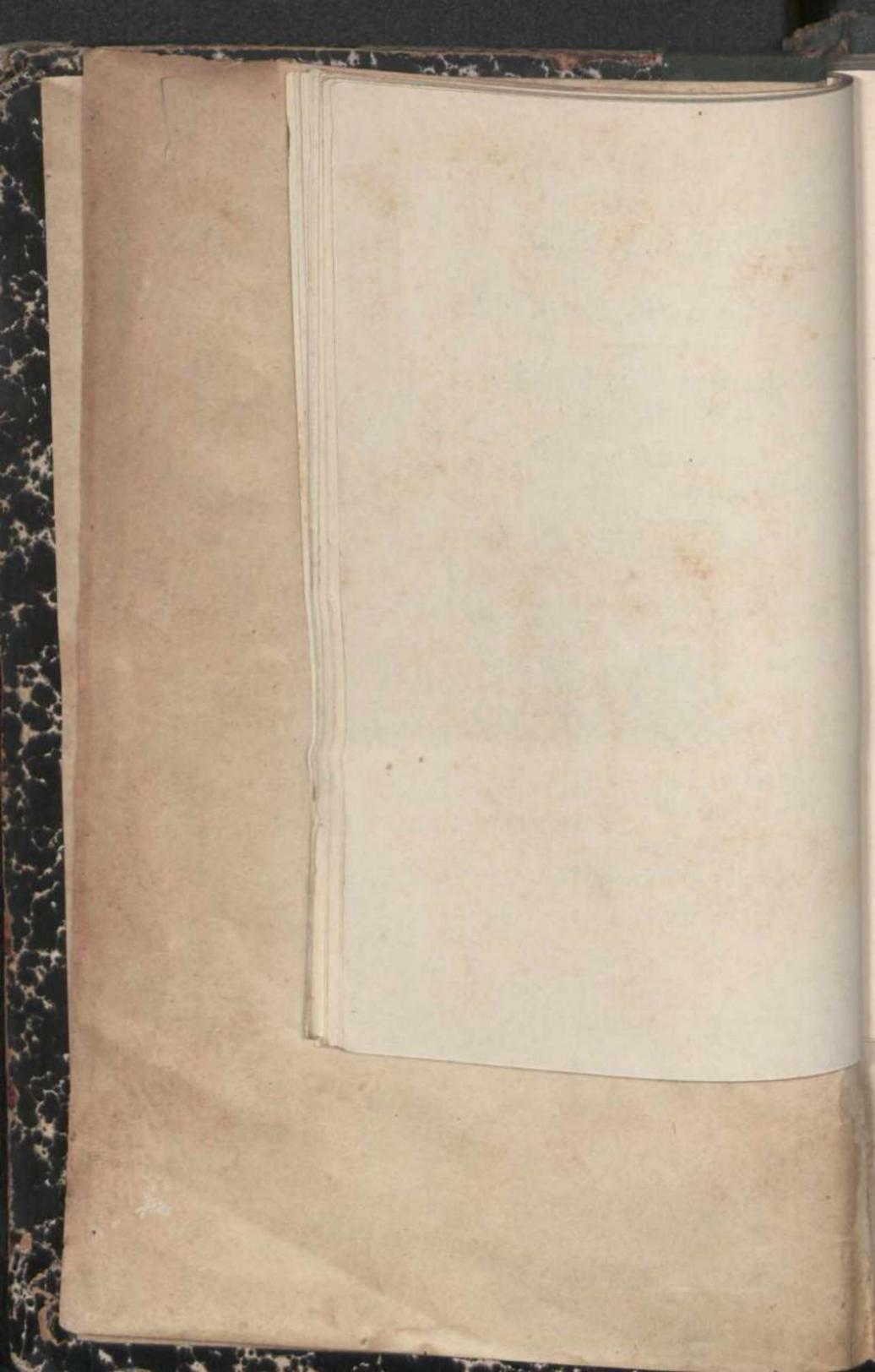
Dr. José Vicente

Lente Cathedratico

ANNO DE 1907



RECIFE
Err. p. d'A PROVINCIA
1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a Cadeira do 2.^o Anno

Direito Internacional Publico, Diplomacia e Direito
Internacional Privado

PRIMEIRA PARTE

Direito Internacional Publico

1. 1. Sociedade dos Estados. 2. Necessidade e fundamento do direito internacional. 3. Definição e divisão desse direito. 4. Importancia do seu estudo. 5. Fontes do mesmo direito. 6. Sciencias connexas e auxiliares. 7. Objecções contra a existencia do direito internacional publico e respostas a essas objecções.
2. 1. Das pessoas do direito internacional. 2. O Estado, o homem e a igreja. 3. O que se entende por Nação e por Estado. 4. Do principio das nacionalidades.
3. 1. Da soberania, sua divisão e seu reconhecimento. 2. Aquisição, garantia e perda da soberania. 3. Personalidade internacional.

4. 1. Classificação dos Estados, quanto á sua estrutura ou elementos de formação, quanto á sua soberania e quanto á sua importancia politica. 2. Estados simples e Estados compostos. 3. Estados homogeneos e Estados heterogeneos. 4. União de Estados. 5. União pessoal e união real. 6. União federal, confederação e imperio federal. 7. Outras especies de Estados.
5. 1. Direitos do Estado. 2. Sua divisão. 3. Direito de conservação. Do equilibrio politico.
6. 1. Direito de independencia e seus correlarios. 2. Intervenção. 3. Doutrina de Monroe.
7. 1. Extradicção. 2. E' ella puramente convencional ou inherente á soberania do Estado? 3. Autoridade competente para pedir e conceder a extradicção. 4. Quaes as pessoas sujeitas á extradicção e os crimes que ella comprehende. 5. Principios geralmente admittidos em materia de extradicção. 6. Extradicção dos de-ertores.
8. 1. Direito de igualdade. 2. Desigualdade de facto. 3. Honras e precedencias. 4. Titulos dos Estados ou de seus soberanos. 5. Do ceremonial e suas especies.

9. 1. Direito de propriedade. 2. Modos de aquisição da propriedade entre os Estados. 3. Entre elles conta-se a usucapião? A theoria do Hinterland.
10. 1. Do territorio. 2. Limites do territorio. 3. Asservidões internacionaes. 4. Jurisdição territorial maritima. 5. A liberdade dos mares. 6. A navegação dos rios.
11. 1. Direitos condicionaes. 2. Direitos do dominio privado ou direitos patrimoniaes do Estado. 3. Tratados e convenções e sua divisão. 4. Condições essenciaes para a validade dos tratados e convenções. 5. Ratificação dos tratados. 6. Promulgação e interpretação dos tratados. 7. Dos effeitos dos tratados. 8. Meios de assegurar a execução dos tratados. 9. Dos tratados de alliança. 10. Da suspensão e extinção dos tratados.
12. 1. Deveres internacionaes do Estado. 2. Dever de não intervenção. 3. Dever de assistencia mutua. 4. Dever de humanidade. 5. Da responsabilidade do Estado por actos de seus funcionarios e de seus nacionaes. 6. Dos prejuizos soffridos por estrangeiros em tempo de commoção interna ou de guerra civil.

13. 1. Dos direitos internacionaes do homem. 2. Direito de inviolabilidade e de liberdade individual. 3. Direito de liberdade civil e de nacionalidade. 4. Direito de invocar em seu favor a protecção de seu governo e a lei de sua patria para regular sua condição civil. 5. Direito de emigração. 6. Direito de exercer livremente sua actividade. 7. Direito de propriedade. 8. Direito de liberdade de consciencia. 9. Deveres internacionaes do homem.
14. 1. Direitos internacionaes da igreja. 2. Direito de liberdade de estabelecimento e de organização. 3. Direito de se governar livremente. 4. Direito de representação. 5. Deveres internacionaes da igreja. 6. O papa perante o direito internacional.
15. 1. Dos meios pacificos de regular as desintelligencias entre os Estados. 2. Quaes têm sido e são actualmente esses meios. 3. Do arbitramento em particular. 4. Dos meios violentos a que recorrem os Estados em defeza de seus direitos e quaes elles sejam.
16. 1. A guerra, seu fundamento e suas differentes especies. 2. A quem compete fazer a guerra. 3. Declaração de guerra. 4. Publicação da guerra.

e sua notificação aos Estados neutros.
5. Effeitos da declaração de guerra.
6. Da lei de guerra e da razão de guerra.
7. Diferença entre a guerra terrestre e a guerra maritima em relação á propriedade privada do inimigo e tambem em relação ás pessoas.

17. 1. Dos meios licitos e dos meios illicitos de fazer mal ao inimigo. 2. Os aerostatos. 3. As surpresas, os enganos, as emboscadas, as noticias falsas, os estratagemas. 4. Dos correios, mensageiros e guias. 5. Do assedio e do bombardeamento. 6. Dos espiões e trahidores. 7. Do assassinato do inimigo. 8. Armas prohibidas e declaração de S. Petersburgo de 11 de Dezembro de 1868.
18. 1. Dos combatentes e não combatentes. 2. Exercitos permanentes. 3. Como devem ser tratados os combatentes durante o combate e depois do combate. 4. Mortos, enfermos e feridos e convenção de Genebra de 22 de Agosto de 1864: prisioneiros de guerra.
19. 1. Occupação militar. 2. Direitos e obrigações que della decorrem. 3. A pílhagem ou o saque. 4. Os despojos. 5. Contribuições e requisições militares. 6. Indemnisação de guerra.

20. 1. Do corso. 2. Tentativas feitas para a abolição do corso. 3. Declaração do Congresso de Paris de 16 de Abril de 1856. 4. Creação de uma marinha voluntaria por decreto do Rei da Prussia de 24 de Julho de 1870, ao tempo da guerra franco-allema.
21. 1. Relações entre os belligerantes. 2. Os passaportes, salvo-conductos e salvaguardas. 3. Os parlamentarios. 4. As convenções militares. 5. Suspensão d'armas, treguas e armisticios. 6. As capitulações.
22. 1. Neutralidade, sua definição, divisão e fundamento. 2. Precedentes historicos. 3. Deveres dos neutros. 4. Direitos dos neutros. 5. Especialmente da liberdade do commercio.
23. 1. Do contrabando de guerra. 2. Especies de contrabando. 3. Classificação dos artigos que o constituem. 4. Determinação do caracter de contrabando em relação ás mercadorias. 5. Condições do exercicio do direito de apprehender o contrabando. 6. Repressão do contrabando de guerra. 7. Do contrabando por analogia.
24. 1. Do direito de visita. 2. Extensão e fundamento do direito de visita. 3.

Regras seguidas no exercicio d'esse direito. 4. Limites do direito de visita. 5. Consequencias da recusa ou da resistencia opposta á visita. 6. Visita dos navios em comboio

25. 1. Do bloqueio e seu fundamento. 2. A quem cabe declarar o estado de bloqueio. 3. O bloqueio deve ser effectivo. Declaração do Congresso de Paris de 16 de Abril de 1856. 4. Notificação, extensão, suspensão e cessação do bloqueio. 5. Violação do bloqueio e suas consequencias.
26. 1. Das presas marítimas, 2. Julgamento das presas e tribunaes competentes para esse julgamento. 3. Responsabilidade do navio captor. 4. Recurso do capturado para o seu governo, afim de que este intervenha ante o do captor. 5. Responsabilidade do Estado captor. 6. Das presas conduzidas ao porto de um Estado neutro por navios armados em territorio d'esse Estado; das que são feitas em mares territoriaes de um Estado neutro e das que o são em navios e propriedades do Estado, para cujos portos são conduzidas. 7. Das presas feitas em commum. 8. Destruição, abandono e resgate da presa. 9. Retomadias ou represas.

27. 1. Modos de terminar a guerra. 2. Tratado de paz, sua forma e outros requisitos. 4. Paz preliminar e paz definitiva. 4. Efeitos do tratado de paz. 5. Execução do tratado de paz. 6. Direito de post-limínio.

—◆◆◆—
SEGUNDA PARTE

Diplomacia

28. 1. Diplomacia. 2. Sua definição, seus fins e utilidade.
29. 1. Direito de legação. 2. Classificação dos agentes diplomaticos ou ministros publicos. 3. Requisitos para o exercicio da diplomacia e para a nomeação de um diplomata. 4. Responsabilidade dos agentes diplomaticos.
30. 1. Das credenciaes. 2. Dos plenos poderes. 3. Das instrucções. 4. Direito que tem cada Estado de determinar as classes e numero de seus agentes diplomaticos. 5. Do ceremonial diplomatico. 6. Das missões diplomaticas e suas especies. 7. Como findam as missões diplomaticas.
31. 1. Prerogativas dos ministros publicos. 2. Da individualidade e seus efeitos: excepções. 3. Da independencia. 4. Da exterritorialidade, sua applicação e efeitos.

32. 1. Origem dos consulados. 2. Nomeação dos consules. 3. Caracter dos consules, suas attribuições e immuni-
dades. 4. Suspensão e fim das func-
ções consulares.



TERCEIRA PARTE

Direito Internacional Privado

33. 1. Direito internacional privado. 2. Definição e terminologia. 3. Fundamento do direito internacional privado. 4. Fontes do mesmo direito. 5. Como deve o juiz applicar a lei estrangeira. 6. Personalidade e territorialidade do direito; da lei nacional e da lei do domicilio. 7. Theoria dos estatutos. 8. Da condição civil dos estrangeiros.

Conflicto das leis civis

34. 1. Das pessoas naturaes. 2. Da nacionalidade. 3. Do estado e da capacidade. 4. Do matrimonio e do divorcio; Decreto n. 181 de 24 de Janeiro de 1890.
35. 1. Da paternidade e da filiação. 2. Da legitimação e do reconhecimento do filho natural e da adopção. 3. Do pa-

trio poder. 4. Da emancipação. 5. Da tutela e da curatela. 6. Da successão.

36. 1. Das obrigações. 2. Das obrigações convencionaes. 3. Das obrigações que se formam sem convenção. 4. Das pessoas juridicas estrangeiras.
37. 1. Das cousas ou dos bens. 2. A *lex rei site*. 3. A regra *mobilia ossibus inhaerent*. 4. Direitos reaes. 5. Por que lei deve ser feita a classificação das cousas em móveis ou immoveis.

Conflicto das leis commerciaes

38. 1. Actos de commercio, commerciantes e livros de commercio. 2. Das sociedades commerciaes. 3. Da lettra de cambio. 4. Dos navios e da transmissão da propriedade dos mesmos. 5. Do contracto de fretamento. 6. Da abalroação, do naufragio e do salvadego. 7. Da avaria.
39. 1. Da fallencia. 2. O problema do direito internacional da fallencia. 3. Da territorialidade e da unidade ou universalidade da fallencia. 4. Da moratoria. 5. Da concordata. 6. Da reabilitação.

cto das leis formaes e do processo

1. Da forma dos actos. 2. O primeiro *locus regit actum*. 3. Da competência dos juizes. 4. Litigio entre estrangeiros. 5. Da regra *actor sequitur forum rei*. 6. A caução *Judicatum solvi*.

1. Formas *ordinatorie litis* e *decisorie litis*. 2. Das provas. 3. Das cartas ou commissões rogatorias e das medidas assecuratorias de direitos. 4. Dos effeitos das sentenças estrangeiras e de sua execução. 5. Do processo, da sentença e penas criminaes.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Maio de 1907.

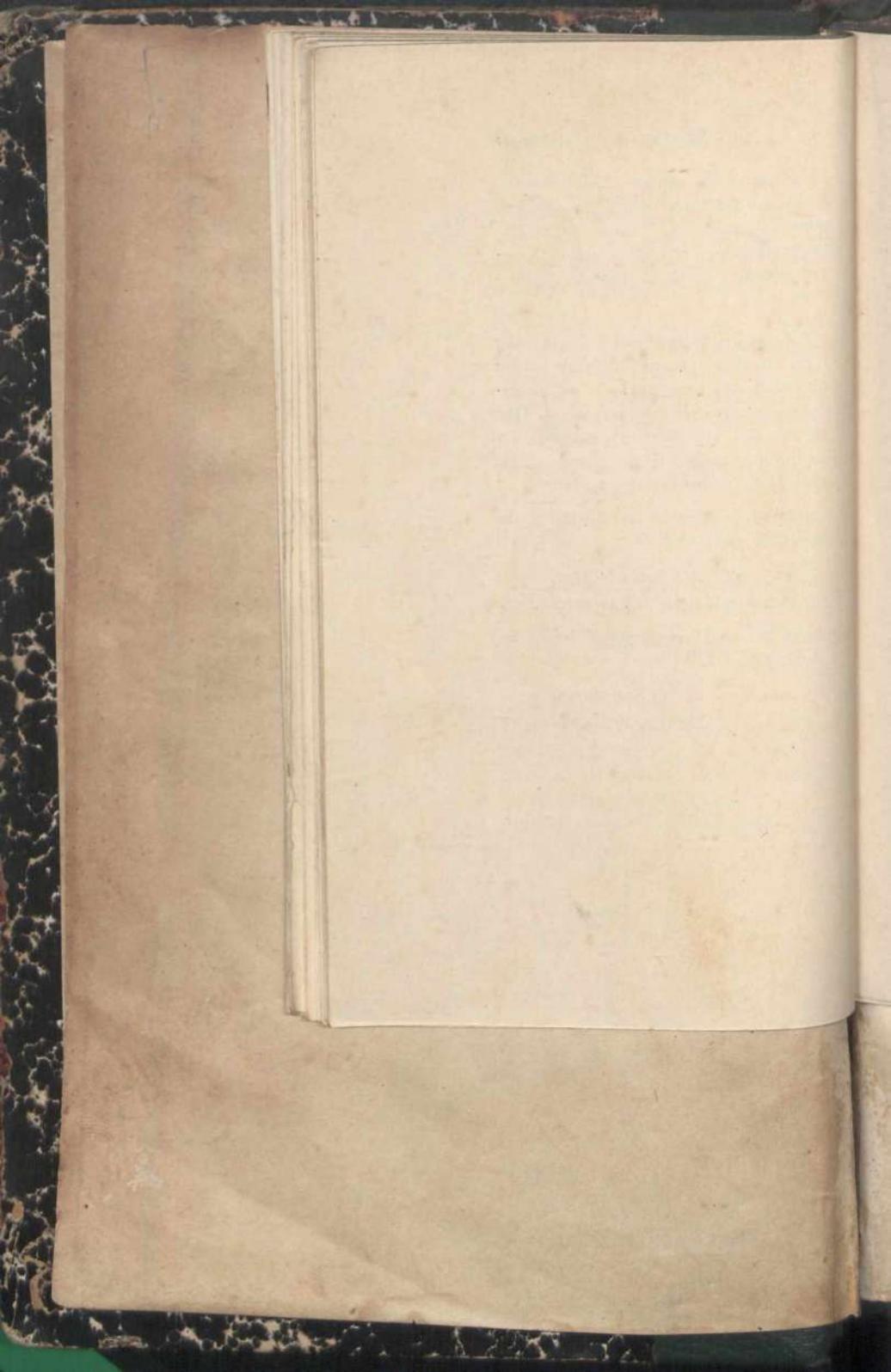
O Lente Cathedratico,

JOSÉ VICENTE MEIRA DE VASCONCELLOS.

Approvado em Congregação de 23 de Maio de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

3.^a CADEIRA DO 2.^o ANNO

DIREITO CIVIL

Dr. Adolpho T. da C. Guimarães

Lente Cathedratico

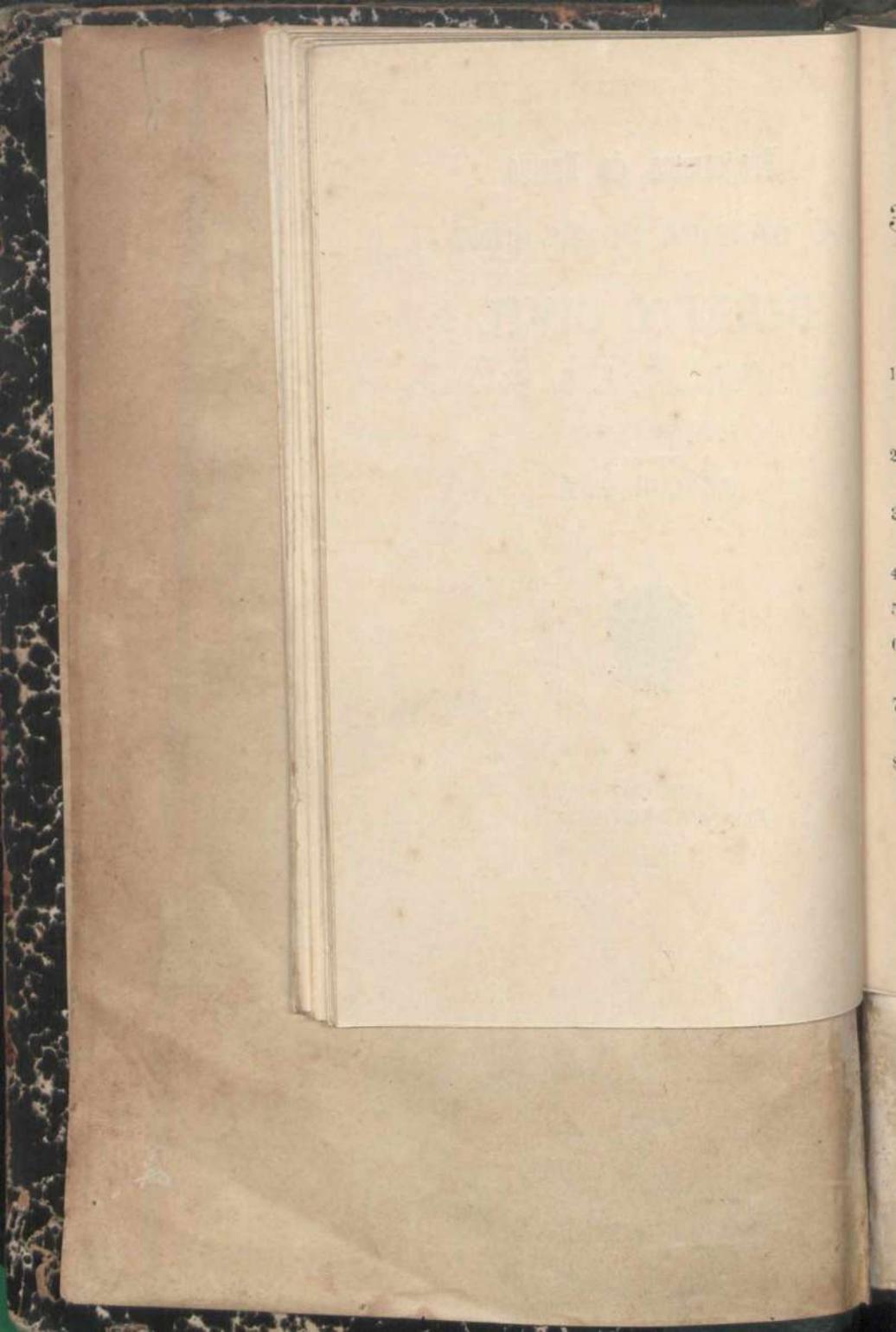
ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a Cadeira do 2.^o Anno

DIREITO CIVIL

PRIMEIRA PARTE

1. Apreciação sobre as diversas classificações dos direitos. Conceito do direito e especialmente do direito civil.
2. A lei civil, sua formação e obrigatoriedade.
3. Ignorancia e erro de direito e de facto. Doutrina do direito romano e patrio.
4. Fontes do direito civil patrio.
5. Das classificações das leis civis.
6. O que é pessoa em direito. Divisão das pessoas.
7. Do contracto esponsalicio, sua historia e estado actual d'esse instituto.
8. Noticia historica do casamento. Formas de casamento anteriores ao Decreto de 24 de Janeiro de 1890. Registro civil.

9. Do casamento segundo o Decreto de 24 de Janeiro de 1890. Critica do mesmo Decreto.
10. Impedimentos do casamento, sua natureza e effeitos.
11. Casamentos dos brasileiros no estrangeiro e dos estrangeiros no Brasil. Condições de sua validade.
12. Casamento nullo e annullavel, seus effeitos. Do casamento putativo.
13. Effeitos do casamento valido quanto ás pessoas dos conjuges e quanto aos bens. Diversos regimens.
14. Estudo sobre o regimen da communhão de bens.
15. Do regimen da separação de bens. Seus effeitos.
16. Regimen dotal. Classificação dos bens no regimen dotal. Direitos e obrigações do marido em relação aos bens dotaes.
17. Direitos da mulher quanto aos bens dotaes. Bens paraphernaes. Restituição do dote. Das arrhas.
18. Dissolução da sociedade conjugal. Do divorcio, sua evolução e legislação actual.

19. Da paternidade, maternidade e filiação. Especies de filiação. Legitimação *per subsequens matrimonium*.
20. Perfilhação. Provas de paternidade.
21. Adopção e arrogação. Estado actual d'esses institutos. Seus efeitos.
22. Patrio poder. Direitos e deveres que comprehende. Como se adquire e se perde. Theoria dos peculios.
23. Alimentos. Quando e por quem são devidos. Natureza da divida de alimentos e sua transmissibilidade. Alimentos provisionaes.
24. Tutela, suas especies. Direitos e obrigação do tutor. Quem pode ser tutor.
25. Da curatela e especialmente da dos loucos e dos prodigos. Curadoria de bens de ausentes.
26. Da restituição *in integrum*.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

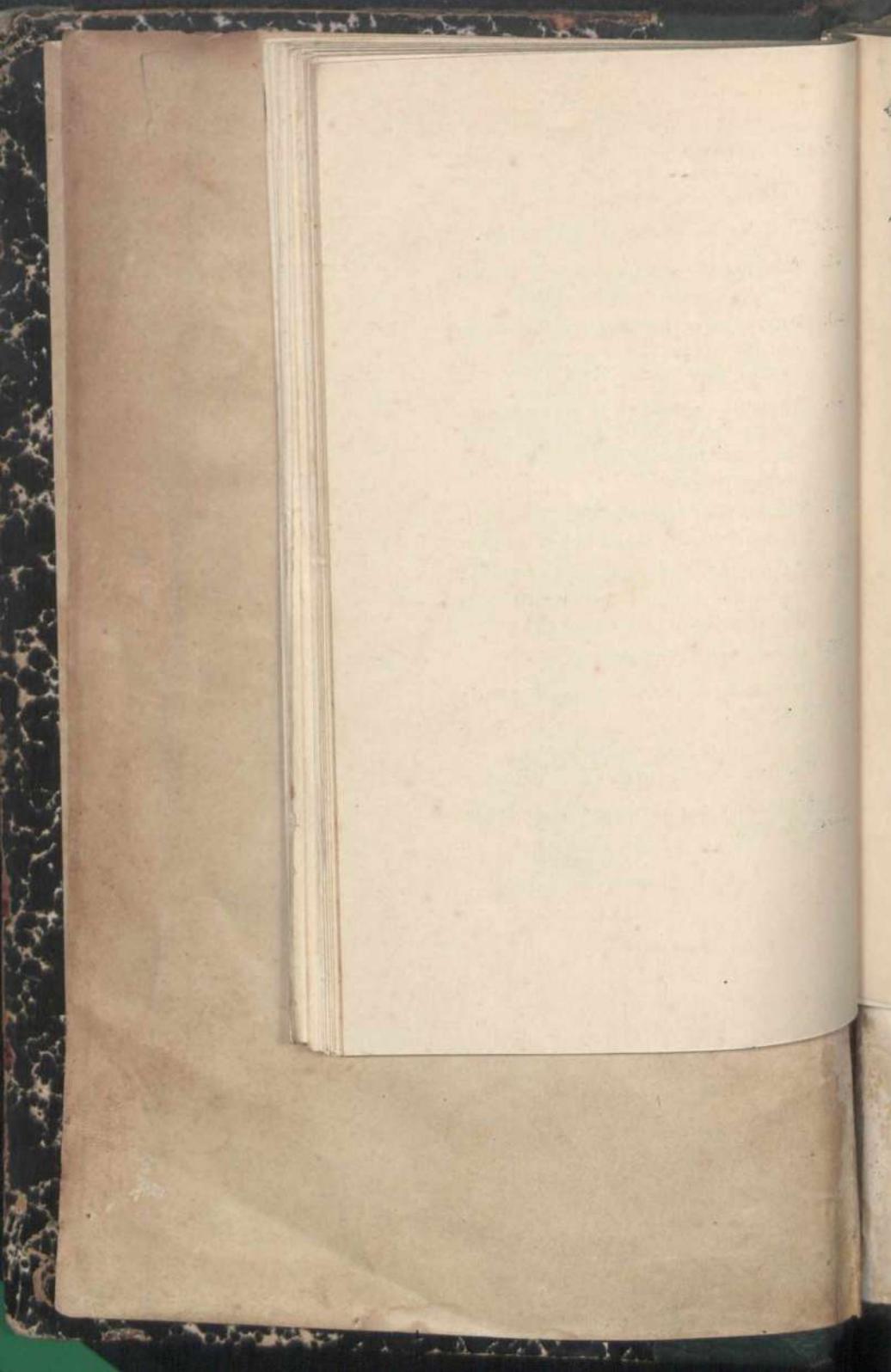
O Lente Cathedratico,

DR. ADOLPHO TACIO DA COSTA CIRNE.

Approved em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

1.ª CADEIRA DO 3.º ANNO



DIREITO CIVIL

D. Adolpho T. da C. Lima

Lente Cathedratice



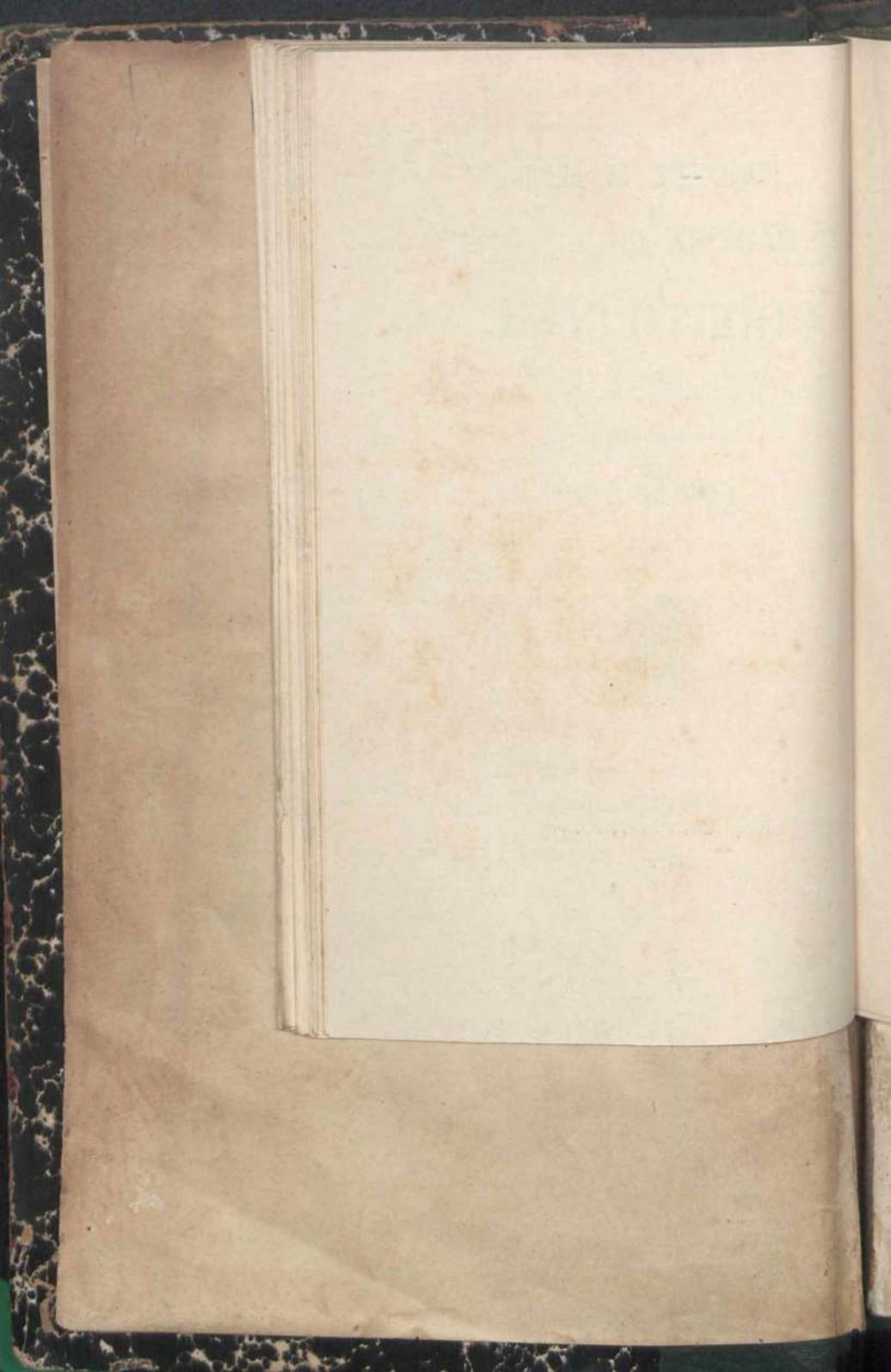
ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a Cadeira do 3.^o Anno

DIREITO CIVIL

SEGUNDA PARTE

1. Noção juridica da cousa. Diversos systemas de classificação das cousas.
2. Estudo das cousas consideradas quanto às suas propriedades naturaes.
3. Estudo das cousas consideradas segundo seus caracteres juridicos e segundo as relações que guardam entre si.
4. Theoria dos direitos reaes e pessoaes. Nossa legislação a respeito.
5. Da posse. Com posse e quasi posse.
6. Effeitos da posse. Interdictos possessorios.
7. Do dominio. Condominio.
8. Do direito autoral.
9. Da occupação e accessão.
10. Da tradição e transcripção.

11. Da successão e suas especies. Capacidade successorial.
12. Da successão legitima.
13. Benefício de representação. Successão in capita e in stirpes.
14. Da successão testamentaria. Testamento, sua historia e divisão.
15. Dos testamentos ordinarios.
16. Dos testamentos extraordinarios. Desherdação.
17. Do codicillo e substituições.
18. Do legado e fideicommisso.
19. Do direito de accrescer nas heranças e legados.
20. Execução dos testamentos. Inventario e partilha.
21. Collação e licitação. Petição de herança.
22. Das servidões.
23. Do usufructo, uso e habitação.
24. Do penhor.
25. Da hypotheca.
26. Da anthicrese.

27. Da emphytheuse.
28. Da prescripção acquisitiva.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de
Março de 1907.

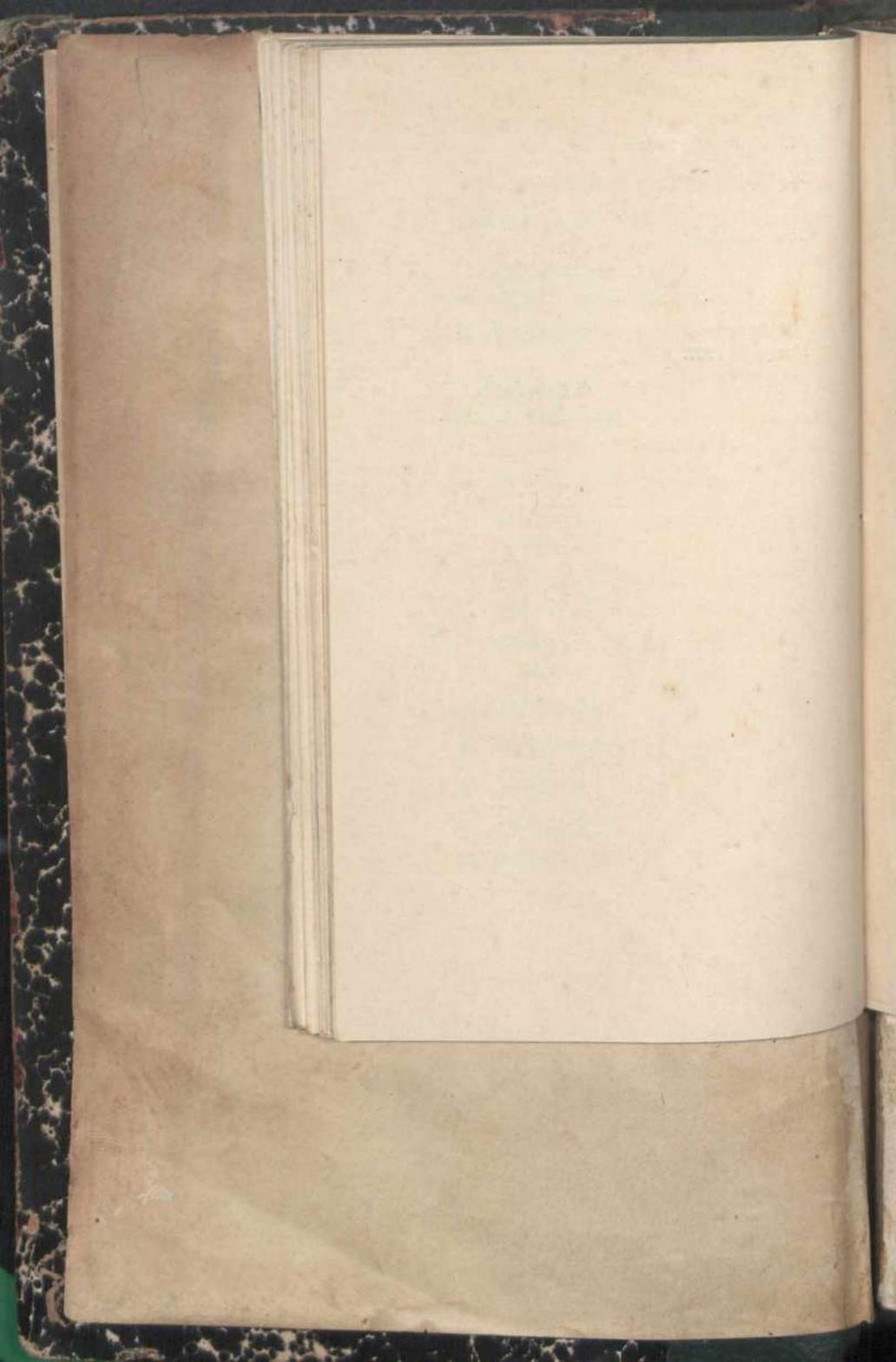
O Lente Cathedratico,

DR. ADOLPHO TACIO DA COSTA CIRNE.

Approvado em Congregação de 23 de
Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Programma de Ensino

DA

2.^a CADEIRA DO 3.^o ANNO



DIREITO CRIMINAL

Dr. Gervasio Fioravanti

Lente Substituto



ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907

2.

1.

2.

3.

4.

5.

6.

PROGRAMMA DE ENSINO
DA
Cadeira do 3.º Anno

—◆◆—
DIREITO CRIMINAL

PRIMEIRA PARTE

Noção do Direito Criminal e sua posição encyclopedica. Evolução historica da sciencia do Direito Criminal. Da escola classica e da anthropologica.

Terceira escola do Direito Criminal: naturalismo critico.

Theorias a respeito do fundamento do direito de punir.

Conceito philosophico do crime. Factores do crime. Quaes os que preponderam.

Da existencia de um ou mais typos anthropologicos de delinquentes. Estigmas da criminalidade. Os criminosos na Arte, na Litteratura e na Religião.

Interpretação do *delinquente*. De uma classificação dos criminosos.

7. Conceito legal do crime. Divisão e classificação dos factos puniveis. Interpretação da lei penal.
8. A lei penal em relação ao tempo, ao espaço e á condição das pessoas.
9. Da tentativa e do crime frustrado.
10. Da autoria e suas formas. Da complicitade e suas formas. Autoria e complicitade nos crimes de imprensa.
11. Theorias do dolo e da culpa. Legislação comparada.
12. Da responsabilidade criminal. Causas que dirimem a criminalidade e justificam os crimes. *A idade.*
13. *As doenças da mente.*
14. *Somnambulismo, hypnotismo e suggestão.*
15. *Violencia, casualidade e surdo-mudez.*
16. Do sexo.
17. Ignorancia e erro. Consentimento do offendido. Arrependimento.
18. Obediencia hierarchica. Estado de necessidade. Legitima defesa.
19. Theoria das Aggravantes.
20. Theoria das Attenuantes.

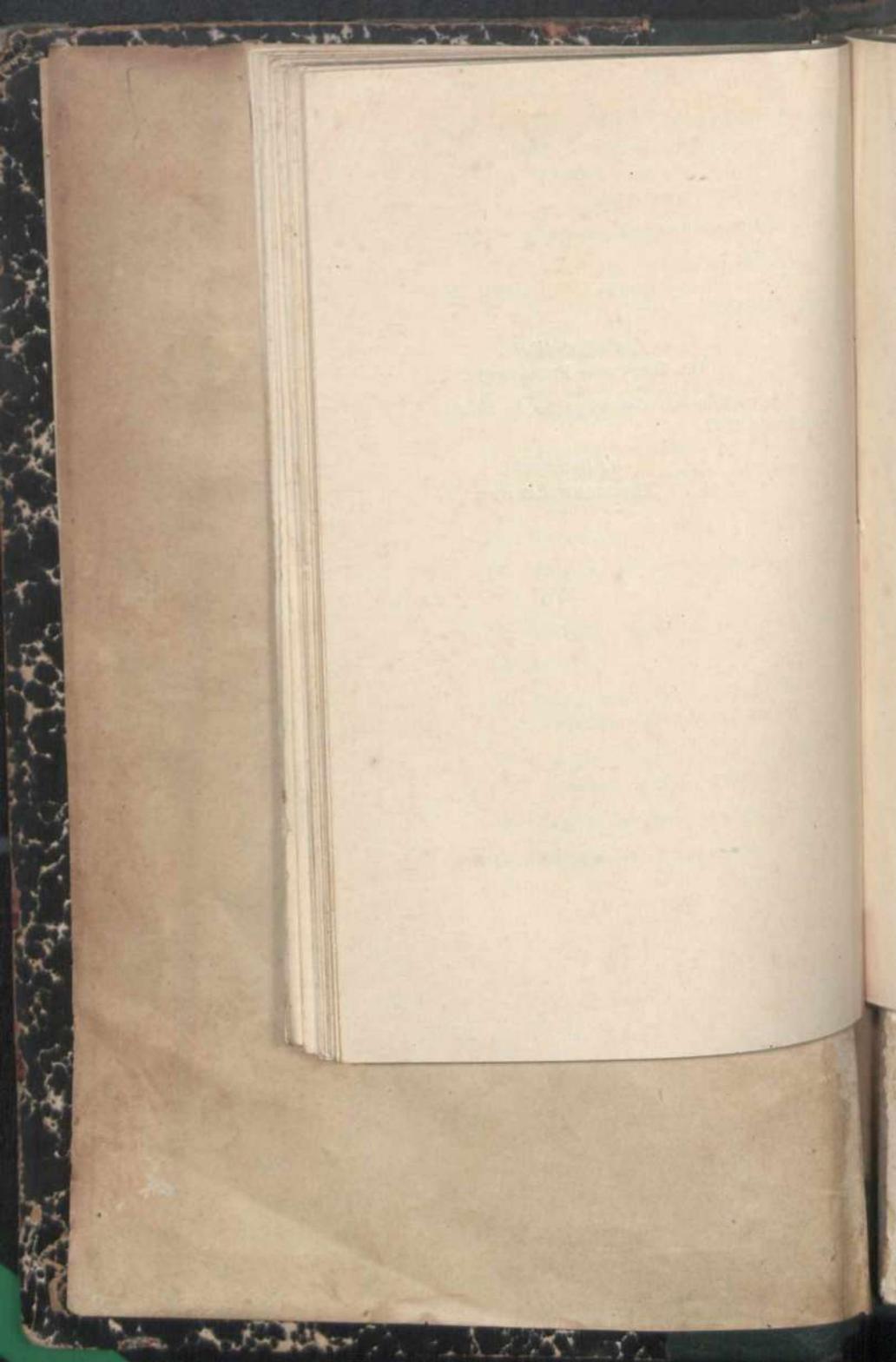
1. Systema penal brasileiro. Concurso de penas e de crimes. Delictos connexos e delicto continuado.
22. Extincção da acção penal e da condemnação.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

O Lente Substituto,
DR. GERVASIO FIORAVANTI.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,
HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

3.^a CADEIRA DO 3.^o ANNO

DIREITO COMMERCIAL

Dr. Adelino Filho

Lente Cathedratico

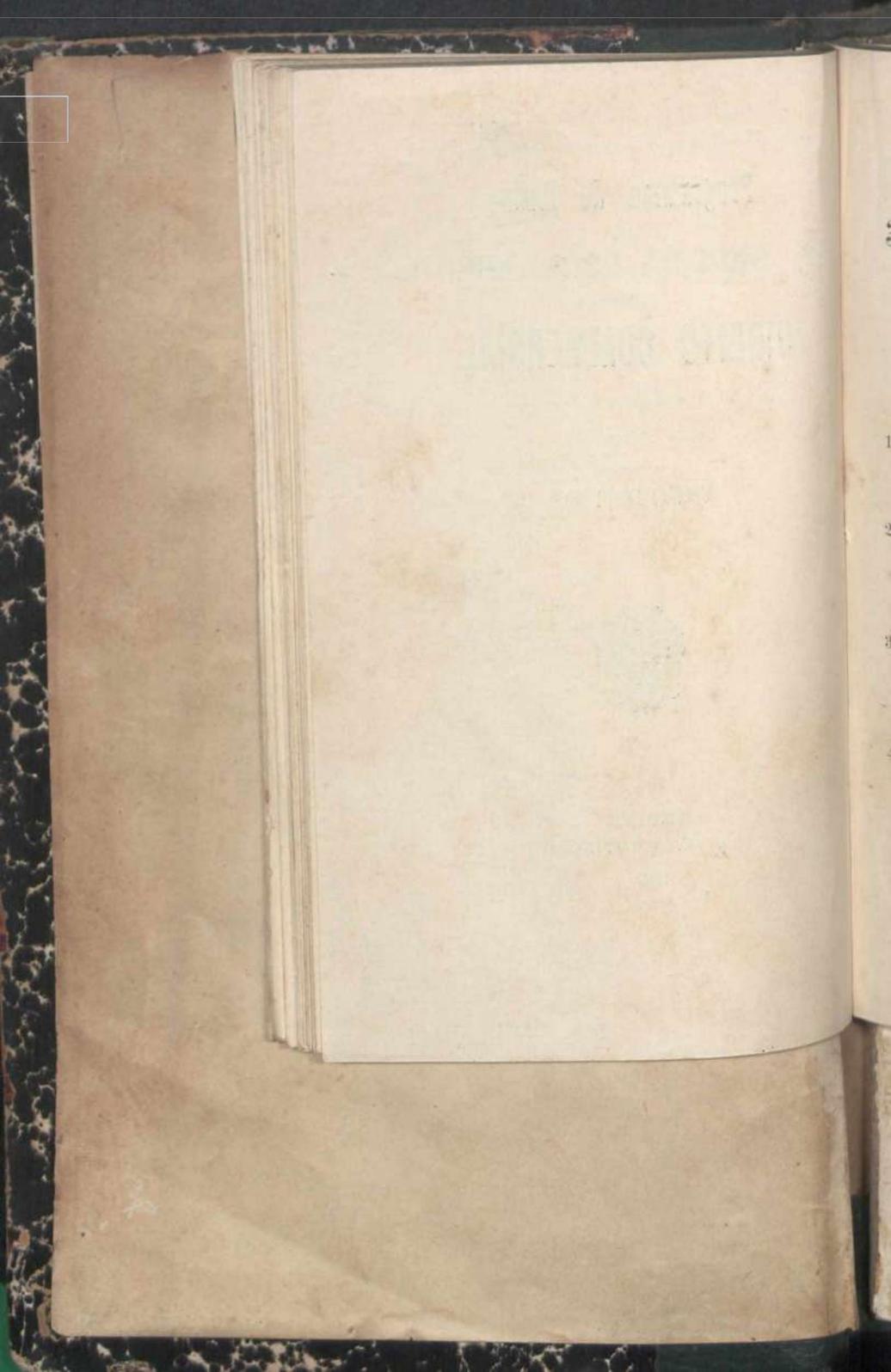
— x —
ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a Cadeira do 3.^o Anno

DIREITO COMMERCIAL

PRIMEIRA PARTE

- 1. Commercio: conceito economico e juridico, divisões e subdivisões principaes.
- 2. Direito commercial: natureza e caracteres, classificação no quadro do direito, divisões principaes e desenvolvimento historico.
- 3. Fontes do direito commercial: principaes e accessorias. Applicabilidade das leis e usos commerciaes de paizes estrangeiros.
- 4. Industria commercial. Actos de commercio. Determinação dos actos de commercio pela lei commercial, sua utilidade e systemas seguidos pelos codigos modernos.

5. Objecto de commercio. Commercialidade e distincção dos bens; questão de commerciabilidade dos bens immo-veis, na doutrina e na legislação.
6. Comerciantes em face da legislação commercial brasileira. Comerciante de firma inscripta.
7. Capacidade para commerciar; incapacidade e prohibição de commerciar; modos de cessar a incapacidade.
8. Obrigações e prerogativas dos commerciantes.
9. Agentes auxiliares do commercio; noções geraes.
10. Obrigações mercantis: caracteres e fontes.
11. Regras geraes da formação dos contractos mercantis; contractantes, capacidades d'estes, consentimento e vicios que os annullam.
12. Momento da formação dos contractos: entre ausentes, por correspondencia epistolar, telegraphica e telephonica.
13. Provas dos contractos: oraes e escriptas; presumpções.
14. Extincção das obrigações: pagamento, remissão, compensação.

6. Extincção das obrigações: novação, prescripção.
7. Conceito, commerciabilidade, formação, prova, modalidade e effeitos do contracto de compra e venda.
8. Mandato e commissão.
9. Fiança.
10. Penhor.
11. Deposito.
12. Seguro.
13. Sociedade mercantil. Condições essenciaes à existencia da sociedade.
14. Natureza do contracto de sociedade, o que deve conter, forma e registro; prova da existencia de sociedade. Effeito da falta de registro e de contracto escripto.
15. Sociedades mercantis: divisões, conceitos geraes, caracteres que as distinguem das sociedades civis; formação de um ser moral e effeitos da personalidade.
16. Sociedade em nome colectivo; caracteres, constituição, gestão, direitos e obrigações dos socios entre si, para com a sociedade e para com terceiros.

26. Sociedade de capital e industria: caracteres, constituição, gestão, direitos e obrigações do socio de industria.
27. Sociedade em commandita simples: origem, caracteres, constituição, gestão, direitos e obrigações dos commanditarios e commandita dos.
28. Sociedades por acções: origem, natureza, utilidade e especies. Acções e obrigações. Direitos e responsabilidade dos obrigacionistas e accionistas.
29. Sociedades anonymas: publicidade, sancção dos preceitos relativos á constituição: responsabilidade civil e criminal dos fundadores e administradores.
30. Sociedades anonymas: administradores, fiscaes, assembléa geral de accionistas, attribuições e responsabilidades.
31. Sociedade em commandita por acções: caracteres, constituição, gestão e fiscalisação. Direitos e obrigações dos accionistas.
32. Sociedade em conta de participação: caracteres e excepcionalidade de sua constituição e gestão. Direitos e obrigações dos socios.

33. Dissolução das sociedades mercantis: casos em que tem lugar, forma e efeitos.
34. Liquidação das sociedades: nomeação de liquidantes, obrigações e responsabilidade destes. Efeitos da liquidação.
35. Sociedades que carecem de autorisação do governo para se organisarem. Condição legal das sociedades estrangeiras no Brasil.
36. Letra de cambio: utilidade, requisitos, modelos e pessoas contractantes.
37. Endosso, suas especies e efeitos.
38. Sacador, suas obrigações. Provisão de fundos, prova e tempo de sua existencia. Cessação da responsabilidade do sacador e direitos contra o sacado.
39. Aceite e acceitante de letra de cambio: tempo, condições, forma e efeitos do aceite e do não aceite. Aceite por intervenção.
40. Pagamento de letra de cambio: por quem e a quem, época, validade, especie da moeda e efeitos. Opposição ao pagamento e pagamento por intervenção.

41. Formalidades a preencher pelo portador de letra de cambio nos casos de falta de aceite e de pagamento. Protestos, seus requisitos e effeitos.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

O Lente Cathedratico,

DR. ADELINO FILHO.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Programma de Ensino

DA

1.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO



DIREITO CIVIL

Dr. Henrique Milet

Lente Cathedratico



ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

PHYSICS

PHYSICS

PHYSICS

1875



PHYSICS

1875

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a Cadeira do 4.^o Anno

DIREITO CIVIL

1. O evolucionismo no departamento do direito das obrigações. Conceito romano e moderno das obrigações.
2. Obrigações naturaes e juridicas. Effeitos de umas e outras.
3. Objecto das obrigações. Diferença dos effeitos das obrigações conforme o seu objecto consiste em acção ou omissão.
4. Classificação das obrigações. Obrigação pura, condicional, a termo e com clausula penal.
5. Obrigações divisiveis e indivisiveis. Con-junctivas, facultativas e alternativas.
6. Obrigações solidarias. Solidariedade acti-va e passiva.
7. Obrigações principaes e accessorias, li-quidas e illiquidas.
8. Causas geradoras das obrigações. Theo-rias respectivas.

9. Factos e actos juridicos. Contracto, requisitos para a sua validade.
10. Obrigatoriedade dos contractos. Causas que os invalidam: erro, violencia, dolo, simulação.
11. Contracto nullo e annullavel. Distincção entre a nullidade e annullabilidade dos actos e contractos.
12. Fôrma dos contractos. Regras de interpretação e modos de proval-os.
13. Diversos modos de classificação dos contractos. Noção de cada especie.
14. Contractos unilateraes: doação, especies e requisitos para sua validade. Direitos que della resultam.
15. Commodato e mutuo. Semelhanças e diferenças entre os dous contractos. Direitos e obrigações respectivos.
16. Deposito, suas especies. Direitos e obrigações do depositante e do depositario.
17. Mandato. Começo e termo do mandato. Que pessoas o podem constituir e acceitar. Direitos e obrigações.
18. Compra e venda. Objecto desse contracto e seus requisitos essenciaes. Entre que pessoas não pode ter logar. Direi-

tos e obrigações que delle resultam. Relação entre a compra e venda e a permuta.

19. Locação, suas especies e caracteres. Direitos e obrigações que nascem desse contracto.
20. Contracto de sociedade. Parceria agricola e pecuaria. Direitos e obrigações.
21. Contracto de seguro, seu objecto e especies. Direitos e obrigações do segurador e do segurado. Seguro sobre a vida.
22. Fiança, seus requisitos e especies. Direitos e obrigações respectivos. Codevedores e co-fiadores. Solidariedade. Beneficio, divisão e excussão.
23. Dos quasi contractos e especialmente da gestão de negocios. Das outras fontes das obrigações. Actos illicitos. Obrigações oriundas somente da prescripção legal.
24. Modos pelos quaes se extinguem as obrigações. Pagamento, remissão e renuncia da divida. Dação *in solutum*.
25. Novação e compensação. Seus requisitos, especies e effeitos.

26. Da confusão, transacção e outros modos de extinguir as obrigações.
27. Prescrição, seus requisitos. Suspensão e interrupção da prescrição. Efeitos de uma e outra.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

O Lente Cathedrático,

DR. HENRIQUE A. DE A. MILET.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Programma de Ensino

DA

2.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO



DIREITO MARITIMO

Dr. Gomes Parante

Lente Cathedratico



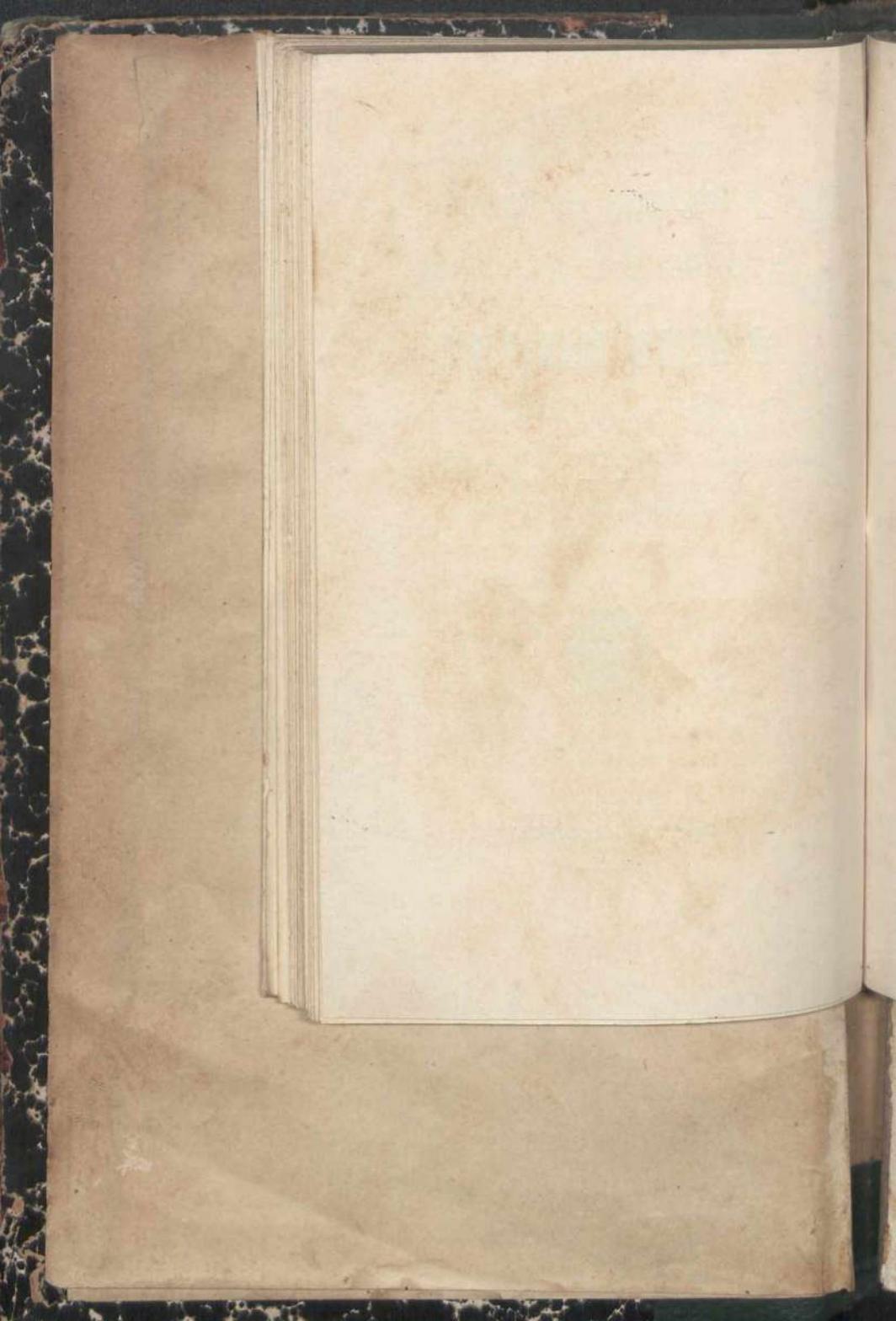
ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a Cadeira do 4.^o Anno



DIREITO MARITIMO

PRIMEIRA PARTE

1. Commercio maritimo; navegação de longo curso e de cabotagem. Liberdade do commercio maritimo; restricções em tempo de paz e de guerra.
2. Navio ou embarcação, estado civil, nacionalidade e natureza juridica.
3. Aquisição e transmissão da propriedade dos navios.
4. Proprietarios, armadores e compartes de navio. Parceria maritima, sua constituição e administração.
5. Capitão ou mestre de navio.
6. Responsabilidade dos proprietarios e compartes de navio, sua natureza juridica e modos de illidil-a.
7. Contracto de fretamento. Carta partida e suas enunciações.

8. Conhecimento, seus requisitos, valor jurídico e transmissão; direitos e deveres do portador e de quem o assigna.
9. Contracto de dinheiro a risco, sua origem, forma, objecto e requisitos.
10. Contracto de seguro marítimo, sua utilidade, natureza, forma e requisitos.
11. Objecto do contracto de seguro. Resseguro.
12. Riscos, sua natureza, tempo e logar em que começam e acabam.
13. Obrigações reciprocas do segurador e do segurado.
14. Nullidade do contracto do seguro e effectos.
15. Abandono dos objectos seguros; casos em que tem logar, e effectos; avaliação e indemnisação.
16. Naufragio e salvados; arribada e abalroação de navios—noções geraes.
17. Avaria, sua natureza e classificação: avarias communs e particulares.
18. Liquidação, repartição e contribuição da avaria grossa; tempo e logar em que deve effectuar-se.

19. Creditos privilegiados a cargo dos navios: sua enumeração, classificação e extinção.



SEGUNDA PARTE

Fallencia

20. Fallencia.
21. Declaração da fallencia, seus requisitos.
22. Syndicos.
23. Efeitos da declaração da fallencia.
24. Concordata preventiva.
25. Actos nullos e annullaveis; effeitos.
26. Concordata.
27. Contracto de união.
28. Classificação de creditos.
29. Qualificação da fallencia.
30. Reabilitação do fallido.
31. Liquidação judicial.
32. Casos em que tem logar a liquidação judicial, e como pode ser declarada. Recurso admissivel para o caso de sua decretação.
33. Syndicos, suas funcções.

34. Concordata. Condição essencial para ser a concordata admittida á deliberação e como deve ser tomada.
35. Em que tempo de liquidação pode ser ajustada a concordata, e quaes os credores que ficam a ella sujeitos. Credores dissidentes.
36. Classificação e preferencia de credores: formas dos pagamentos.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

O Lente Cuthedratico,

DR. FRANCISCO GOMES PARENTE.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Programma de Ensino

DA

3.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO



DIREITO CRIMINAL

Dr. Phaelante da Camara

Lente Cathedratico



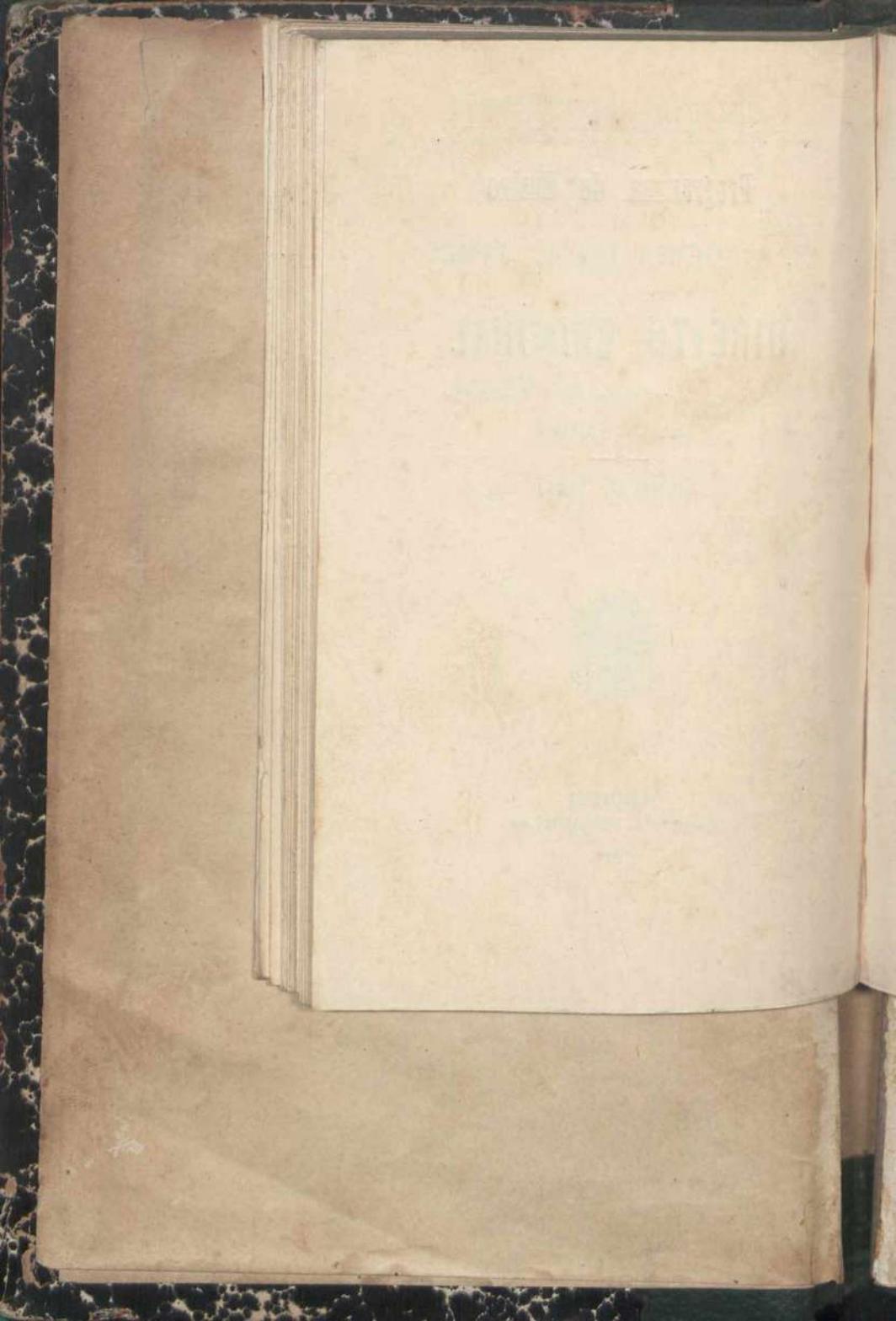
ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

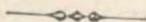
1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a Cadeira do 4.^o Anno



DIREITO CRIMINAL

1. Defloramento.
2. Estupro.
3. Adulterio.
4. Homicidio.
5. Lesões corporaes.
6. Infanticidio e aborto.
7. Abandono de incapazes.
8. Duello.
9. Dos crimes contra a propriedade publica e particular.
10. Dos crimes contra a pessoa e a propriedade.

REGIMEN PENITENCIARIO

11. A reforma penitenciaria no seculo XIX. Noticia succinta sobre os diversos systemas adoptados.
12. Educação correccional.

13. Referencias á deportação e á colonia agricola; o trabalho ao ar livre.
14. Soltura condicional, seus requisitos e effeitos.
15. A identificação do criminoso por assignalamento anthropometrico.
16. A bancarrota dos systemas repressivos classicos. Modos de ver da nova escola penal. Segregação por tempo indeterminado.
17. Satisfação do damno, sua extensão e caracteres.
18. A adaptação dos meios repressivos ás cathogorias anthropologicas dos delinquentes, em vez da unidade classica da pena.
19. Os delinquentes loucos e os manicomios.
20. Os criminosos natos e a pena de morte.
21. Os delinquentes de occasião e o abuso das penas carcerarias.

DIREITO MILITAR

22. Razões e natureza da jurisdicção militar.
23. Efficacia da lei militar; tempo, espaço e condição das pessoas.

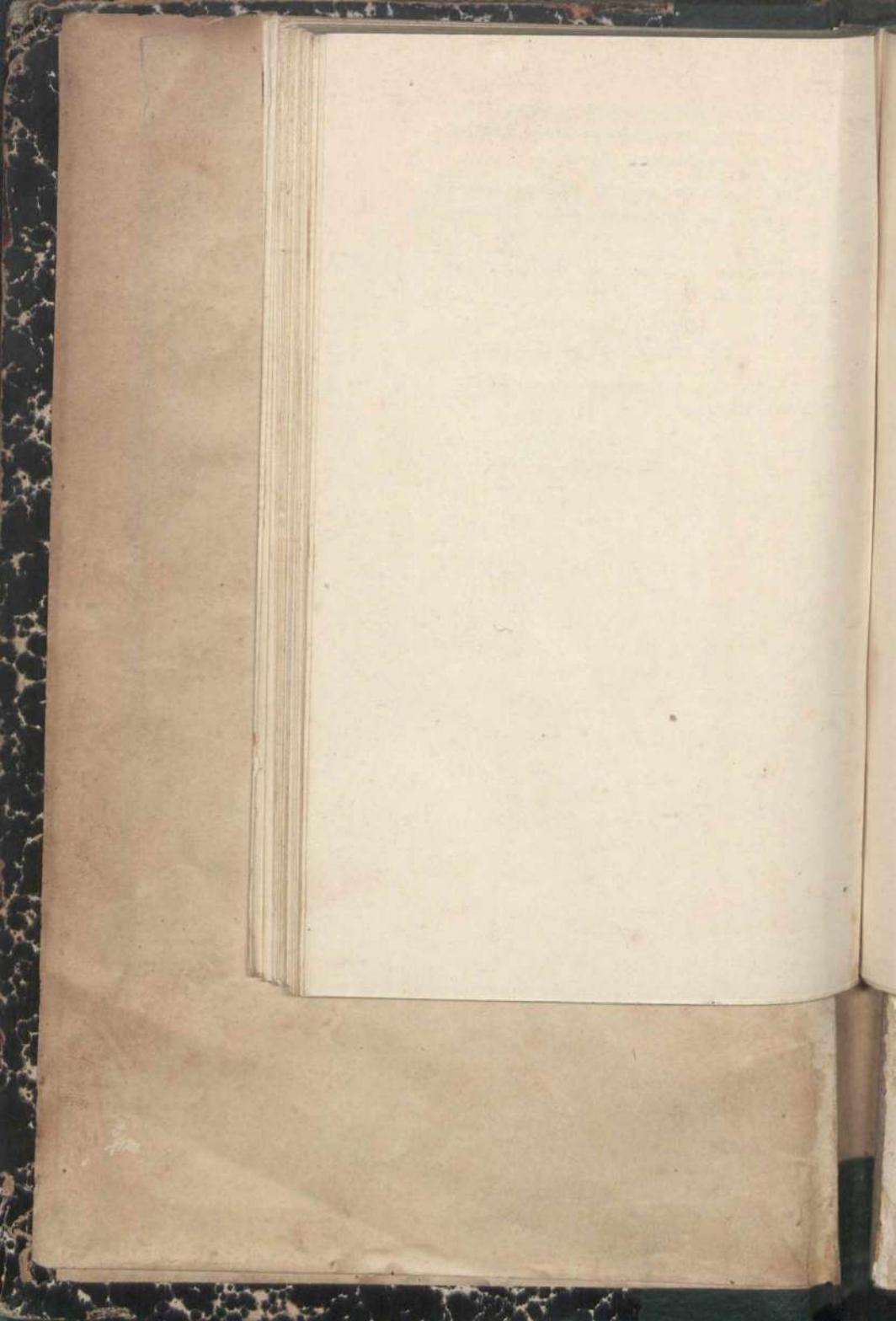
24. Critérios de diferenciação entre os crimes militares e os que não são considerados taes impropriamente.
25. Do Estado de guerra, sua extensão quanto ás pessoas e quanto aos crimes.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

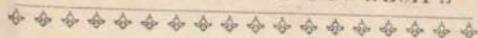
O Lente Cathedratico,
DR. PHAELANTE DA CAMARA.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,
HENRIQUE MARTINS



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Programma de Ensino

DA

4.^a CADEIRA DO 4.^o ANNO



Economia Politica, Sciencia das Finanças e
Contabilidade do Estado

Dr. Sophronia Partella

Lente Cathedratico



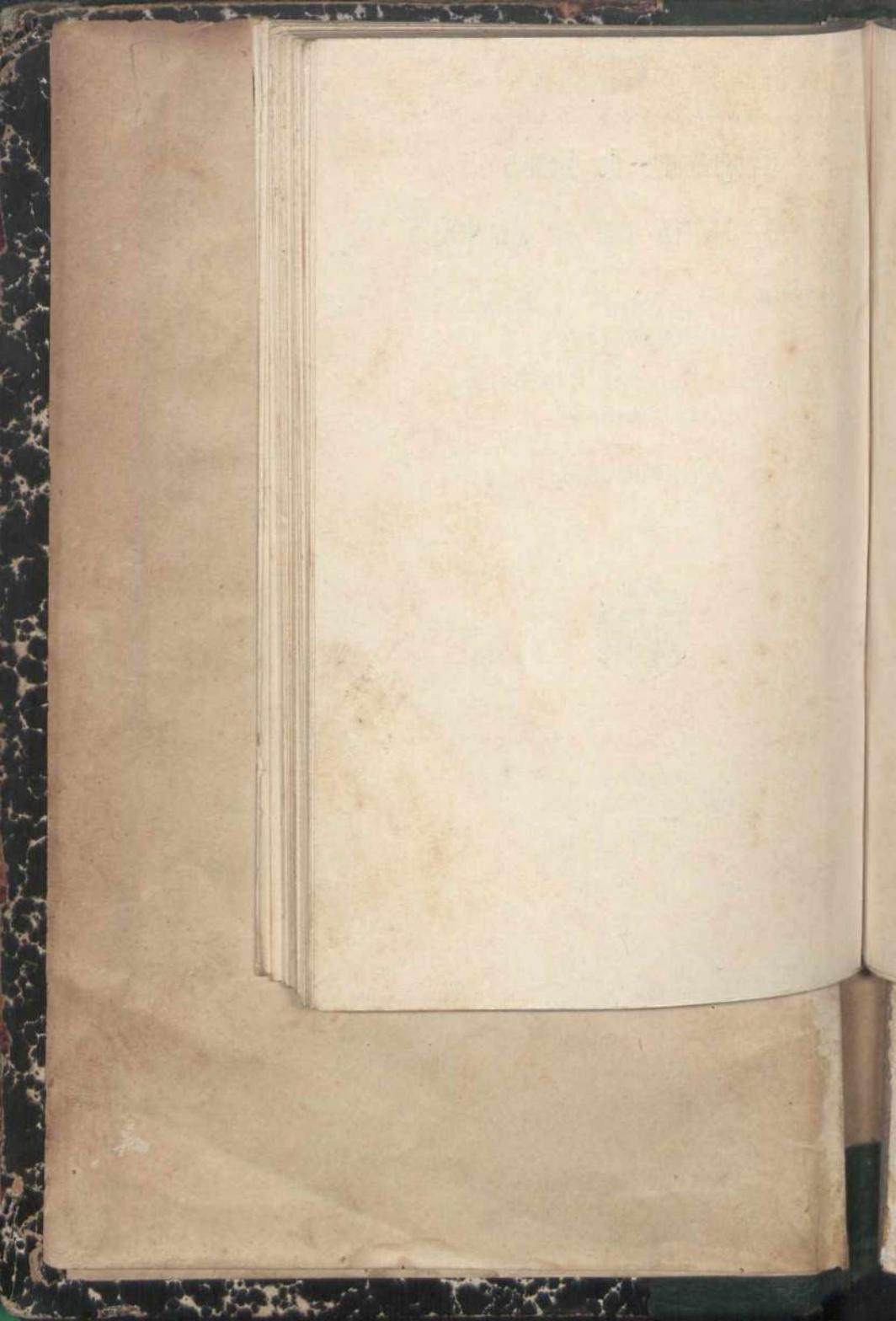
ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

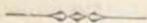
1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

4.^a Cadeira do 4.^o Anno



Economia Politica, Sciencia das Finanças e Contabilidade do Estado

ECONOMIA POLITICA

NOÇÕES PRELIMINARES



1. Objecto, limites, definição, divisão, importancia, difficuldades, caracteres, relações e methodo da Economia Politica.
2. Origens e historia do desenvolvimento e progresso da Economia Politica. Systema mercantil, balança do commercio, systema regulamentar e protector, systema physiocratico, systema industrial.
3. Definição de alguns termos economicos: necessidade, satisfação, utilidade, riqueza, industria, troca, valor, preço, forças productivas da natureza e do homem.

DA PRODUÇÃO DA RIQUEZA

4. Ideia da produção; seus elementos.
5. Formas da produção; seu organismo.
6. Progresso e limites da produção.

CIRCULAÇÃO DE RIQUEZA

7. Ideia da circulação. Valor.
8. Moeda.
9. Crédito. Substitutos da moeda.
10. Bancos.
11. Comércio. Transporte e comunicação.

REPARTIÇÃO DA RIQUEZA

12. Ideia da repartição. Propriedade privada. Salário.
13. Juro. Renda. Lucro, Contractos agrícolas.
14. Instituições de previdência.
15. Sociedades cooperativas. Coparticipação nos benefícios. Partilha do producto.

CONSUMO DA RIQUEZA

16. Ideia do consumo. Relações entre o consumo e a produção. Luxo.
17. População, pauperismo, caridade.

Sciencia das Finanças

NOÇÕES PRELIMINARES

18. Conceito, limites, caracteres, fontes, importancia e divisão da Sciencia das Finanças.

DESPEZAS PUBLICAS

19. Conceito das despesas publicas; seu character juridico, politico e economico; sua classificação.

RECEITA PUBLICA

20. Receita publica originaria. Conceito e divisão do dominio fiscal; sua administração; sua venda.
21. Receita publica derivada. Conceito, razão e classificação das taxas sobre actos juridicos.
22. Taxas sobre meios de troca e de transporte.
23. Conceito, razão e normas do imposto. Incidência e pressão dos impostos; sua classificação.
24. Systema tributario.
25. Impostos sobre producto dos bens immoveis.
26. Impostos sobre rendimentos dos bens moveis.

27. Impostos indirectos sobre transferencia de propriedade.
28. Impostos indirectos sobre consumo.
29. Impostos directos sobre rendimento e sobre patrimonio em geral.
30. Impostos locais.

RELAÇÃO ENTRE A RECEITA E AS DESPEZAS

31. Noções geraes sobre a relação que existe entre a receita e as despesas. Orçamento. Dívida publica.
32. Dívida fluctuante.
33. Dívida consolidada.
34. Administração da dívida publica.



Contabilidade do Estado

35. Responsabilidade administrativa e responsabilidade juridica dos agentes fiscaes e de todos aquelles que manejam valores do Estado.
36. Contas administrativas. Prestação de contas dos agentes da arrecadação. Prestação de contas das despesas.

37. Contas judiciaes. Noção e normas geraes. Julgamento das contas. Opposição e recursos. Execução das decisões do Tribunal de Contas.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

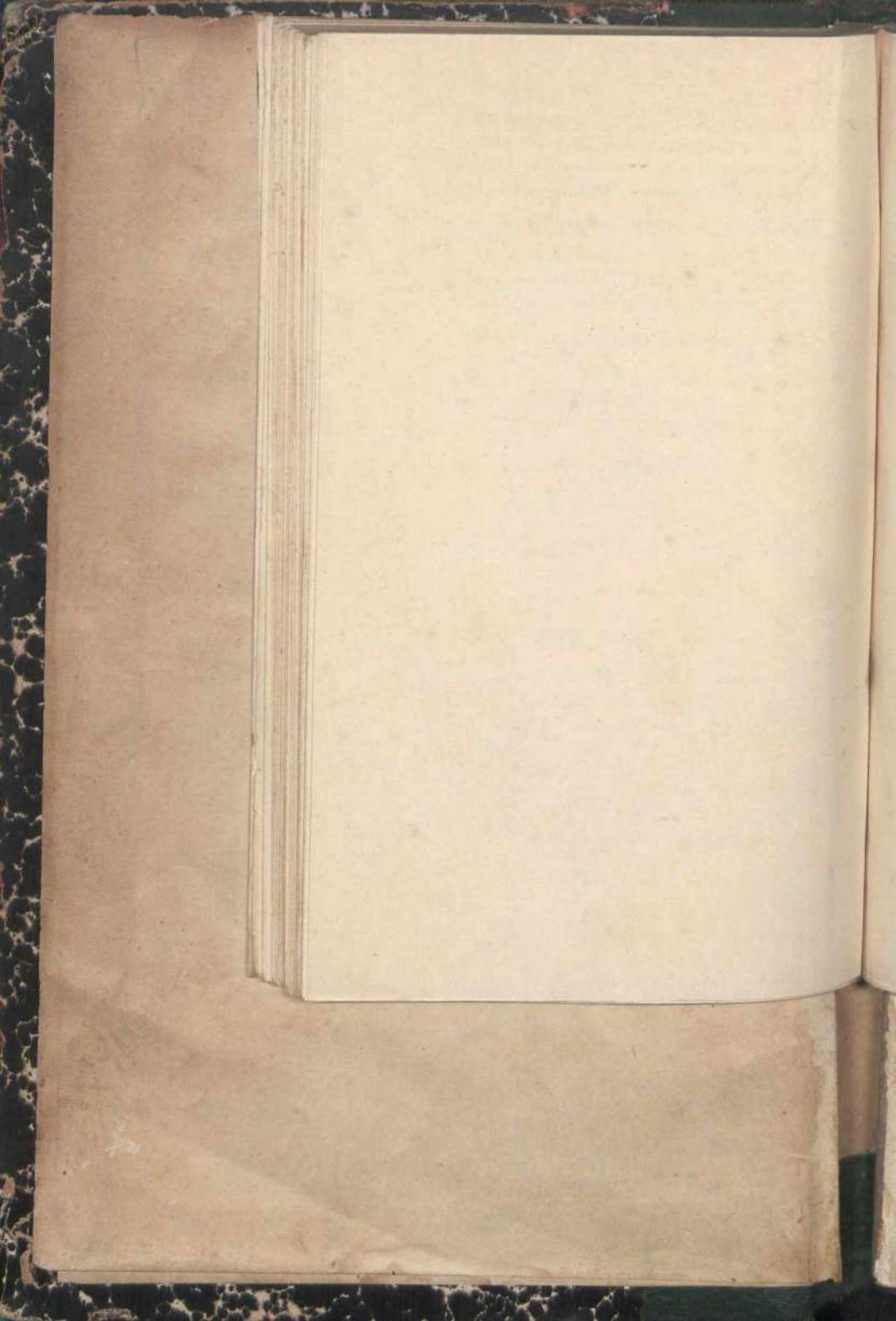
O Lente Cathedratico,

DR. SOPHRONIO E. DA PAZ PORTELLA.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Programma de Ensino

DA

1.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO



THEORIA E PRATICA DO PROCESSO

Dr. Augusto Vaz

Lente Cathedratico



ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

1911

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

1.^a Cadeira do 5.^o Anno

Theoria e Pratica do Processo

Parte geral

1. Processo. Sua importancia e necessidade. Condições essenciaes ao processo. Ordem natural e civil do processo.
2. Divisão do processo quanto ao seu objecto e quanto á sua forma. Razão de ser das differentes formas do processo.
3. Organização judiciaria e especialmente segundo a legislação patria.
4. Juizo arbitral. Vantagens e inconvenientes do juizo arbitral. Processo arbitral.
5. Ministerio publico.
6. Jurisdicção e competencia.
7. Pessoas que figuram em juizo.

Parte Civil e Commercial

8. Acção. Diversas especies de acção.

9. Accumulação, concurso e extinção das acções.
10. Citação. Seu fundamento. Especies, requisitos, efeitos e formas de citação.
11. Contumacia. Especies e efeitos da contumacia.
12. Defeza. Contestação. Divisão. efeitos e formas da contestação. Reconvenção.
13. Excepção. Especies. Duração das excepções. Excepções admittidas pela legislação brasileira e processo respectivo.
14. Dilação. Prova. Systemas de prova.
15. Objecto da prova. Especies de prova. Obrigação de provar.
16. Sentença. Sua importancia. Divisão e sub-divisão. requisitos e efeitos da sentença.
17. Cosa julgada. Condições para a sua applicação. Influencia dos julgamentos civis em relação aos criminaes e vice-versa. Limites da coisa julgada.
18. Actos e processos preliminares, preparatorios e preventivos.
19. Intervenção no processo.

20. Incidentes do processo.
21. Nullidade do processo.
22. Recursos.

Parte Criminal

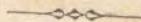
23. Acção criminal. Meios de iniciar o processo. Acção publica e privada. ✓
24. Provas criminaes.
25. Prisão. Fiança. *Habeas-Corpus*.
26. Instituição do Jury.
27. Recursos crimes.
28. Extinção do processo. ✓

Pratica do Processo Civil e Commercial

29. Acção ordinaria.
30. Acção summaria e acção summarissima.
31. Acção executiva.
32. Assignação de dez dias.
33. Acção de deposito. Remissão e excussão do penhor. ✓
34. Execução de sentença.
35. Incidentes da execução.

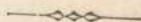
Pratica do Processo Civil

36. Interdictos possessorios.
37. Nunciação de obra nova. Seus incidentes.
38. Despejo de predios urbanos. Desapropriação.
39. Divisão e demarcação de terras particulares.
40. Inventario e partilha. Seus incidentes.
41. Abertura do testamento. Reducção do testamento a publica forma. Contas da testamentaria.



Pratica do Processo Commercial

42. Fallencia e seus incidentes. Meios preventivos para evitar a fallencia.
43. Acção de soldadas e de seguros.



Pratica do Processo Criminal

44. Formação da culpa e julgamento nos crimes communs.
45. Formação da culpa e julgamento nos crimes dos empregados publicos não privilegiados.

46. Formação da culpa e julgamento nos crimes communs e de responsabilidade dos funcionarios publicos privilegiados.
 47. Processo da fiança e do *habeas-corporis*. —
 48. Execução criminal e seus incidentes.
- Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

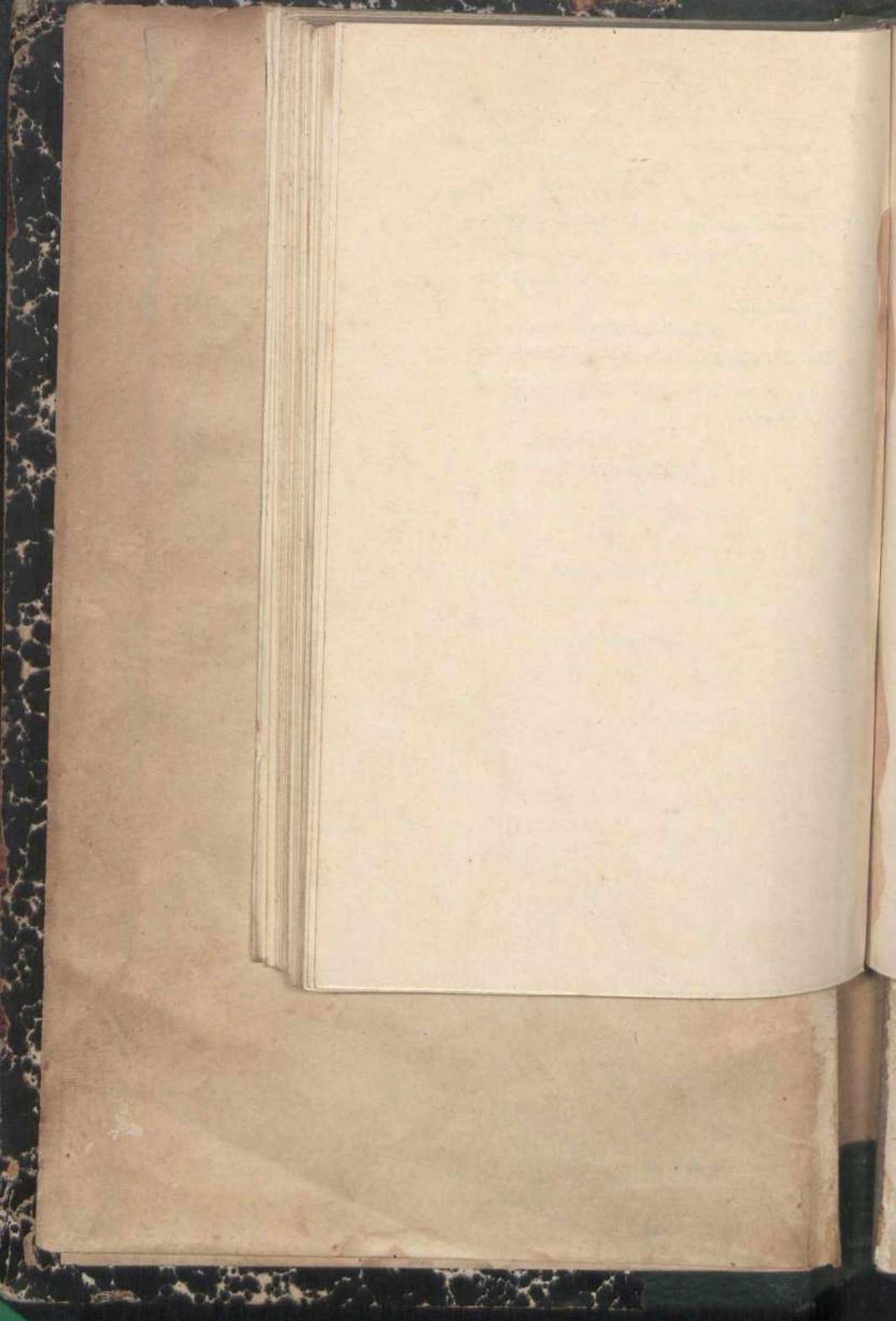
O Lente Cathedratico,

DR. AUGUSTO CARLOS VAZ DE OLIVEIRA.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



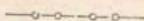
FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Programma de Ensino

DA

2.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO



Sciencia da Administração e Direito
Administrativo

Dr. Sophronio Portella

Lente Cathedratico



ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHYSICS DEPARTMENT

RECORDS OF THE DEPARTMENT

1892-1893

BY THE PHYSICIAN

OF THE DEPARTMENT

OF PHYSICS



CHICAGO, ILL.

1893

PROGRAMMA DE ENSINO

DA

2.^a Cadeira do 5.^o Anno



Sciencia da Administração e Direito Administrativo

1. Sciencia da administração. Direito administrativo. Objecto, relações e influencia reciprocas.
2. O Estado. Critica das diversas theorias relativas aos seus fins. A determinação d'estes.
3. Acção social do Estado; limites entre os quaes ella se deve conter.
4. Meios de que se serve o Estado para conhecer as condições da Sociedade, afim de exercer efficazmente a sua acção.
5. Acção do Estado quanto ás necessidades physicas da Sociedade. Segurança Publica. Saude Publica. Assistencia Publica. População.
6. Acção do Estado quanto ás necessidades economicas da Sociedade. Producção, circulação e consumo da riqueza.

7. Acção do Estado quanto ás necessidades culturaes da Sociedade. Instrucção Publica. Educação Popular.
8. Poderes publicos. Divisão, independen-
cia e harmonia reciprocas.
9. Organização da administração; suas
condições essenciaes.
10. Centralização. Regimen que se lhe op-
põe. Exame da questão sob o ponto
de vista politico e sob o ponto de vista
administrativo. Apreciação historica
do systema em nosso paiz.
11. Phases de manifestaçãe da actividade
administrativa e consequente divisão
das funcções da administração quan-
to ao seu fim. Nomeação e amovibili-
dade dos agentes da administração.
12. Hierarchia. Funcionario publico.
Empregado publico. Condições intrin-
secas e extrinsecas de sua nomeação.
13. Theoria das relações entre os empre-
gados publicos e o Estado. Deveres
do empregado publico; sua responsa-
bilidade. Direitos do empregado pu-
blico: § 1.º Direito ao emprego; § 2.º
Indemnização das despesas feitas;
vencimentos; § 3.º Pensões; Monte-
pio. Cessação do serviço publico. Em-
pregados honorarios.

Vol. 17 - 4

14. Jurisdição administrativa. Contencioso administrativo. Juizes e Tribunaes administrativos. Necessidade das instancias.
15. Distincção entre o contencioso administrativo e o judiciario. Inconveniencia de attribuir o contencioso administrativo ao Poder Judiciario. Desclassificações.
16. Conflictos, suas especies. A quem incumbe julgal-os.
17. Dos administrados, nacionaes e estrangeiros, em suas relações com a administração publica.
18. Actos e formulas administrativas. Sua denominação e caracteres.
19. O Presidente da Republica. Atribuições. Responsabilidade. Tribunaes que o julgam. O Vice-presidente.
20. Os ministros de Estado. Atribuições. Responsabilidade. Tribunaes que os julgam.
21. Relações do Poder Executivo com o Legislativo no tocante aos serviços administrativos. Votação das leis annuas. Intervenção do Congresso na administração publica.

22. Os estados. Seus Presidentes ou Governadores. Suas relações com o governo federal.
23. O Município, sua autonomia. Phases por que tem passado a organização municipal no Brasil.
24. Atribuições que competem actualmente à administração municipal. Natureza e caracter das funções d'esta. Responsabilidade. Legislação municipal de Pernambuco.
25. Obrigações do Estado: idéia geral. Obrigações contractuaes e quasi contractuaes. Responsabilidade directa do Estado. Responsabilidade indirecta do Estado.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

O Lente Cathedratico.

DR. SOPHRONIO E. DA PAZ PORTELLA.

Approvado em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.

FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Programma de Ensino

DA

3.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO

MEDICINA PUBLICA

Dr. Constancio Pautual

Lente Cathedratico

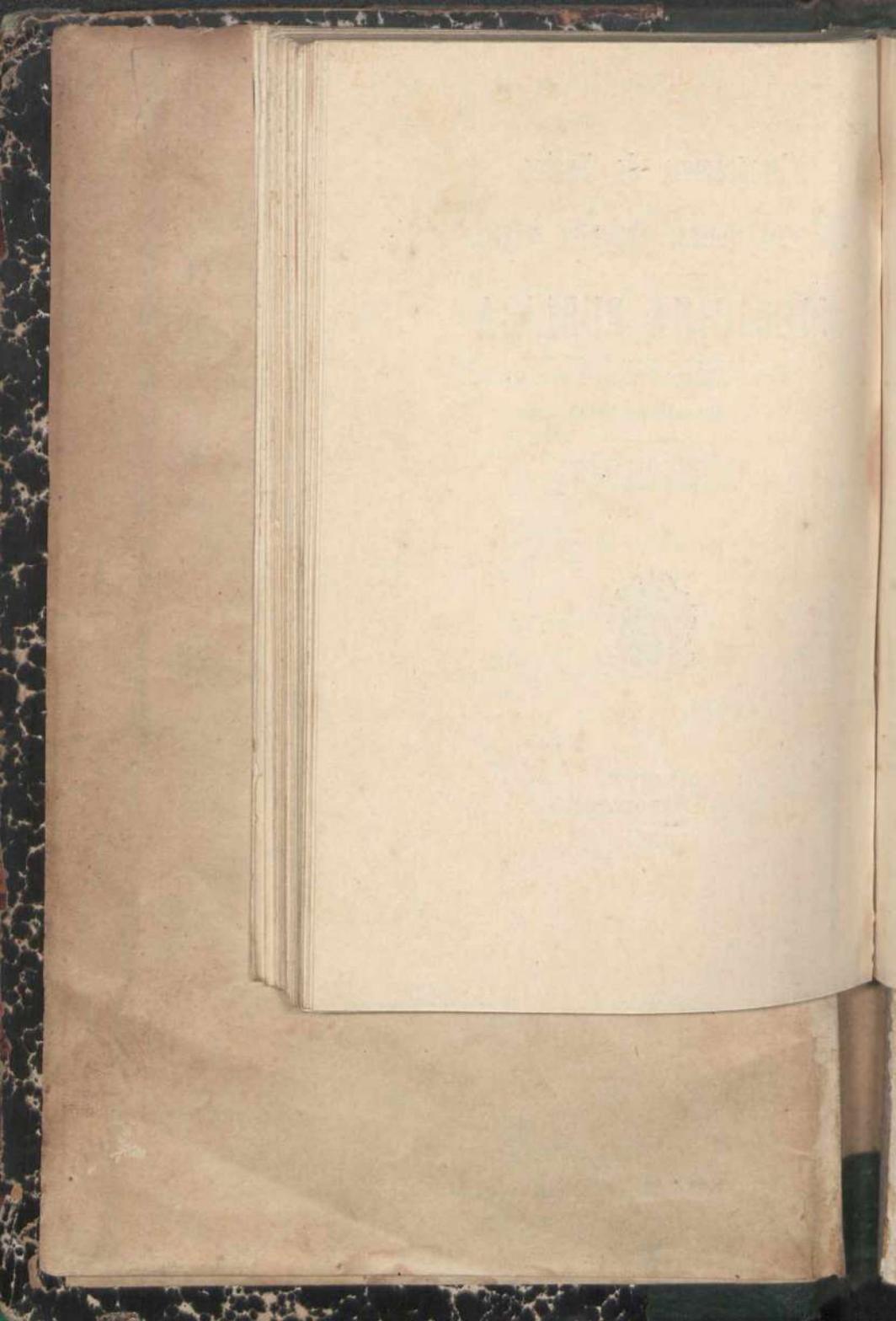
— x —
ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

3.^a Cadeira do 5.^o Anno

—
—
DA MEDICINA PUBLICA

PRIMEIRA PARTE

Medicina Judiciaria

I SECÇÃO

Questões Geraes

1. *Da raça*—Especie. Variedade e raça. Principaes raças humanas, sua divisão e caracteres scientificos. Modificações resultantes da emigração e do cruzamento, formação das raças mestiças. Raças puras no Brasil, elementos anthropologicos que têm contribuido para a formação da raça mestiça brasileira. Divisão dos mestiços. Questões civis e criminaes que requerem conhecimentos de ethnologia.
2. *Do sex*.—Definição, divisão e caracteres scientificos. Vicios de conformação sexual. Hermaphrodisimo, sua divisão e consequencias sociaes e juridicas. Dos monstros, sua divisão e cara-

cteres teratologicos. Legislação referente aos hermaphroditas. Do sexo como modificador da responsabilidade.

3. *Da idade.*—Definição, divisão e caracteres scientificos. Idade de discernimento e de liberdade moral, Perversidade precoce. Limite extremo da vida humana. Da idade como modificador da responsabilidade.
4. *Da identidade.*—Provas juridicas da identidade. Da prova medica, signaes physiologicos e pathologicos. Valor dos estigmas profissionaes e da tatuagem. Da identidade no cadaver e no esqueleto. Assignalamento anthropometrico.
5. *Do estado mental.*—Investigações necessarias para determinar o estado mental. Valor da hereditariedade. Estigmas phisicos, intellectuaes e moraes da degenerescencia hereditaria. Relações da criminalidade e da degenerescencia.
6. *Estado mental (continuação).*—Funcção do juiz e do medico legista no estudo dos elementos que compõem a vontade do delinquente. / Estudo mental physiologico e pathologico sob o ponto de vista juridico.

7. *Da loucura.*—Estudo medico legal da alienação mental. Theorias da responsabilidade proporcional e da irresponsabilidade absoluta.
8. *Da embriaguez.*—Embriaguez normal e pathologica. Do alcoolismo chronico e da loucura alcoolica. Imputabilidade nos diversos grãos da embriaguez.
9. *Do hypnotismo.*—Hypnotismo em medicina legal. Suggestão intra e extra hypnotica. Crimes praticados pelo hypnotisado e sobre o hypnotisado.

II SECÇÃO

Questões Forenses

FÔRO CIVIL

10. *Nascimento.*—Nascimentos precoces e tardios. Declaração do nascimento. Da duração da gestação e da supputação dos dias em suas relações com a legitimidade da filiação. Vida e viabilidade do recém-nascido.
11. *Casamento.*—Definição do casamento e condições legaes para o contrahir. Influencia da consanguinidade, da syphilis, do alcool e das molestias nervosas na procreação. Motivos de opposição. Casos de nullidade e de separação do corpo.

12. *Gravidez.*—Concepção, superconcepção e superfetação. Prenhez, variedade, marcha e duração. Prenhez simulada. Substituição, supressão, suposição do recém-nascido. Parto. Signaes de parto recente e antigo. Causas que prolongam a duração do parto.
13. *Sobrevivencia.*—Sobrevivencia da mãe e filho durante o parto. Determinação da prioridade da morte nos casos communs. Estudo comparativo da legislação sobre os commorientes.
14. *Faculdade de testar.*—Estudo mental dos velhos, enfermos e moribundos. Favores que lhes são concedidos e restricções de sua capacidade. Testamento dos loucos, suicidas, aphasicos e apoplecticos.
15. *Curatela dos loucos.*—Conceito juridico do prodigo, do louco e do fraco de espirito. Situação legal dos alienados desde os antigos até o presente. Sequestração e interdicção.

FÔRO CRIMINAL

16. *Attentado contra o pudor.*—Ultrage publico ao pudor. Attentado contra o pudor. Caracteres constitutivos d'estes crimes e disposições respectivas

das leis penaes. Lesões resultantes do attentado contra o pudor.

17. *Estupro*.—Definição e elementos constitutivos do crime. Diferença entre o attentado contra o pudor e o estupro. Lesões resultantes do estupro. Defloramento.
18. *Lesões corporaes*.—Instrumentos perforantes, cortantes, perfuro-cortantes e contundentes. Diversos typos de ferimentos e suas complicações. Relação do ferimento com a arma empregada. Lesões feitas durante a vida e *post mortem*.
19. *Classificação dos ferimentos*.—Princípios fundamentaes que servem de base á classificação dos ferimentos segundo o damno causado. Gravidade das lesões corporaes segundo a sua séde e órgão lesa los.
20. *Questões especiaes dos ferimentos*.—Do grave incommodo de saúde resultante de um ferimento. Lesões mortaes e lesões que se tornam mortaes em virtude de complicações ulteriores. Da inhabilitação do serviço activo. Da privação do uso ou inhabilitação do membro ou órgão. Da deformidade.

21. *Do homicidio.*—Molestias mentaes compatíveis com a premeditação. Valor jurídico do veneno e graves sevicias como meio de matar. Da lesão mortal segundo a nossa lei penal. Questões especiaes ao homicidio.
22. *Do feticidio.*—Definição e elementos constitutivos do crime. Do feticidio legal, suas indicações justificativas. Substancias abortivas e meios mais communmente empregados para realisar o feticidio. Lesões consecutivas à passagem do feto.
23. *Do infanticidio.*—Definição e elementos constitutivos do crime. Diferença entre feticidio, infanticidio e homicidio commum. Conceito juridico do termo recém-nascido. Do infanticidio por omissão e commissão. Vida e viabilidade do recém-nascido em materia penal.
24. *Infanticidio (continuação).*—Circumstancias em que se produzem os casos de infanticidio. Identidade do recém-nascido. Prova da vida extra-uterina da creança. Causas naturaes da morte do recém-nascido. Diferentes generos de morte em caso de infanticidio.

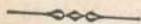
25. *Das asphyxias.* Da asphyxia em geral. Suffocação. Estrangulamento. Enforcamento. Afogamento. Asphyxia por gazes toxicos.
26. *Do envenenamento.* Definição e caracteres constitutivos do crime. Classificação dos venenos. Modos de propinação. Vias de absorpção e condições de acção dos venenos.
27. *Envenenamento (continuação).* — Signaes de envenenamento. Regras a seguir nas autopsias e exumações respectivas. Quesitos relativos ao envenenamento criminoso.
28. *Da morte*—Morte subita e suas causas. Da morte real e apparente, diagnostico differencial. Phenomenos cadavericos e marcha da putrefacção. Data da morte. Fauna cadaverica. Autopsias e exumações.

III

Jurisprudencia Medica

29. *Deveres dos medicos.*—Do medico como perito e como testemunha. Segredo medico. Autoridades que podem reclamar a presença de um medico. Legislação e decisões juridicas referentes á obrigação imposta aos medicos quando requisitados pela autcridade.

30. *Documentos medicos.*—Vistoria medico-legal em materia civil e criminal. Auto do corpo de delicto, exames de sanidade, modo de proceder. Attestados, relatorios, consulta medico-legal e deposição oral.



SEGUNDA PARTE

Hygiene Social

31. *Noções geraes.*—Definição e divisão da hygiene. Historia e futuro da hygiene, seu papel nas sociedades modernas.
32. *Dos modificadores.*—Noções succintas sobre os modificadores phisicos, chemicos, biologicos e sociaes.
33. *Hygiene das cidades.*—Aguas potaveis. Esgotos. Vias-publicas. Ruas. Habitações. Edificos publicos.
34. *Condições materiaes da vida.*—Alimentação. Alojamento. Sociedades cooperativas.
35. *Prophylaxia.*—Prophylaxia aggressiva e defensiva. Prophylaxia das molestias contagiosas, não contagiosas, exoticas e individuaes.

36. *Valor da vida humana.*—Valor economico da vida humana. Dizimo mortuario e morbido. Perdas causadas por molestias populares.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

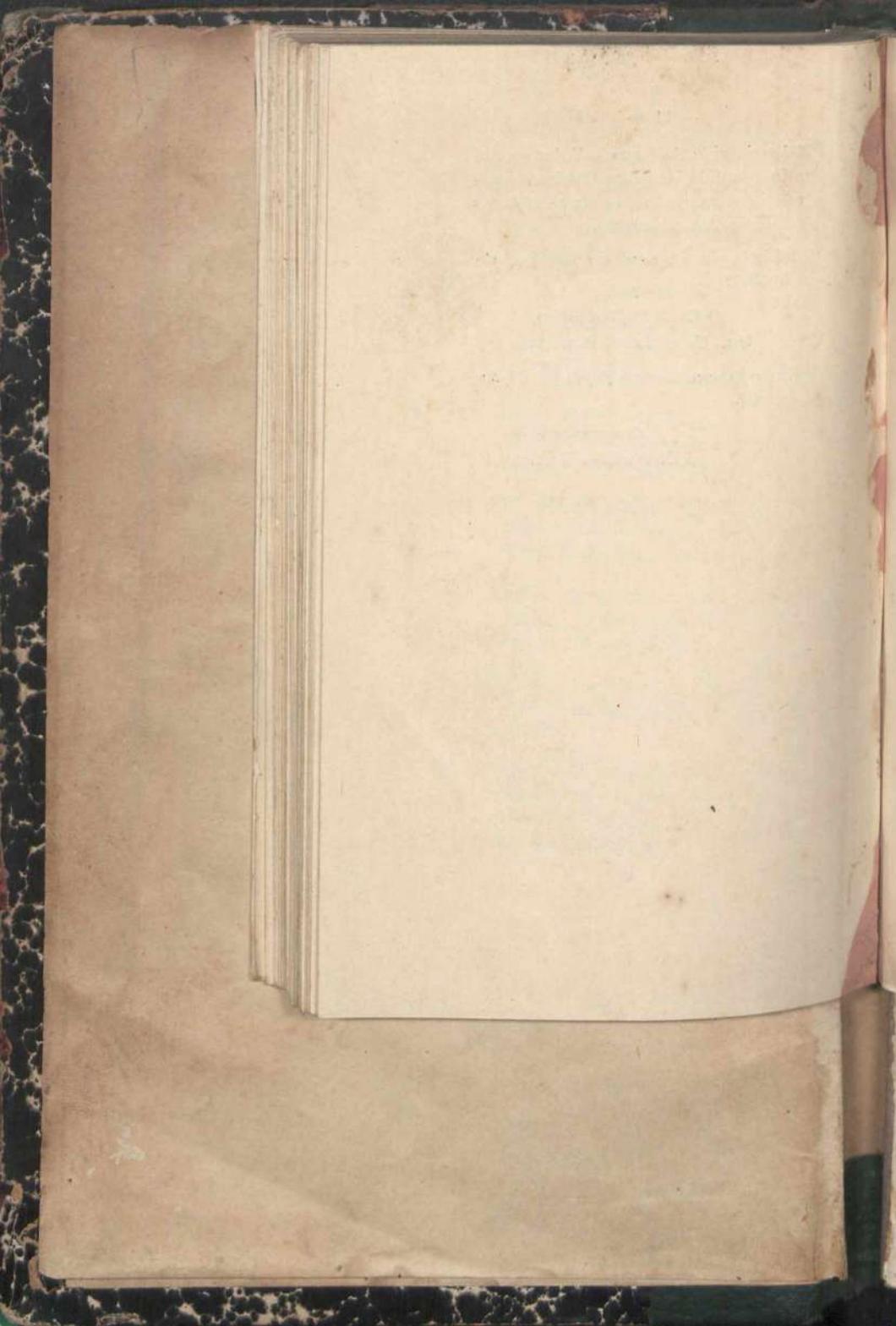
O Lente Cathedratico,

DR. CONSTANCIO PONTUAL.

Approved em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.



FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE



Programma de Ensino

DA

4.^a CADEIRA DO 5.^o ANNO



LEGISLAÇÃO COMPARADA

Dr. Henrique Milet

Lente Cathedratico



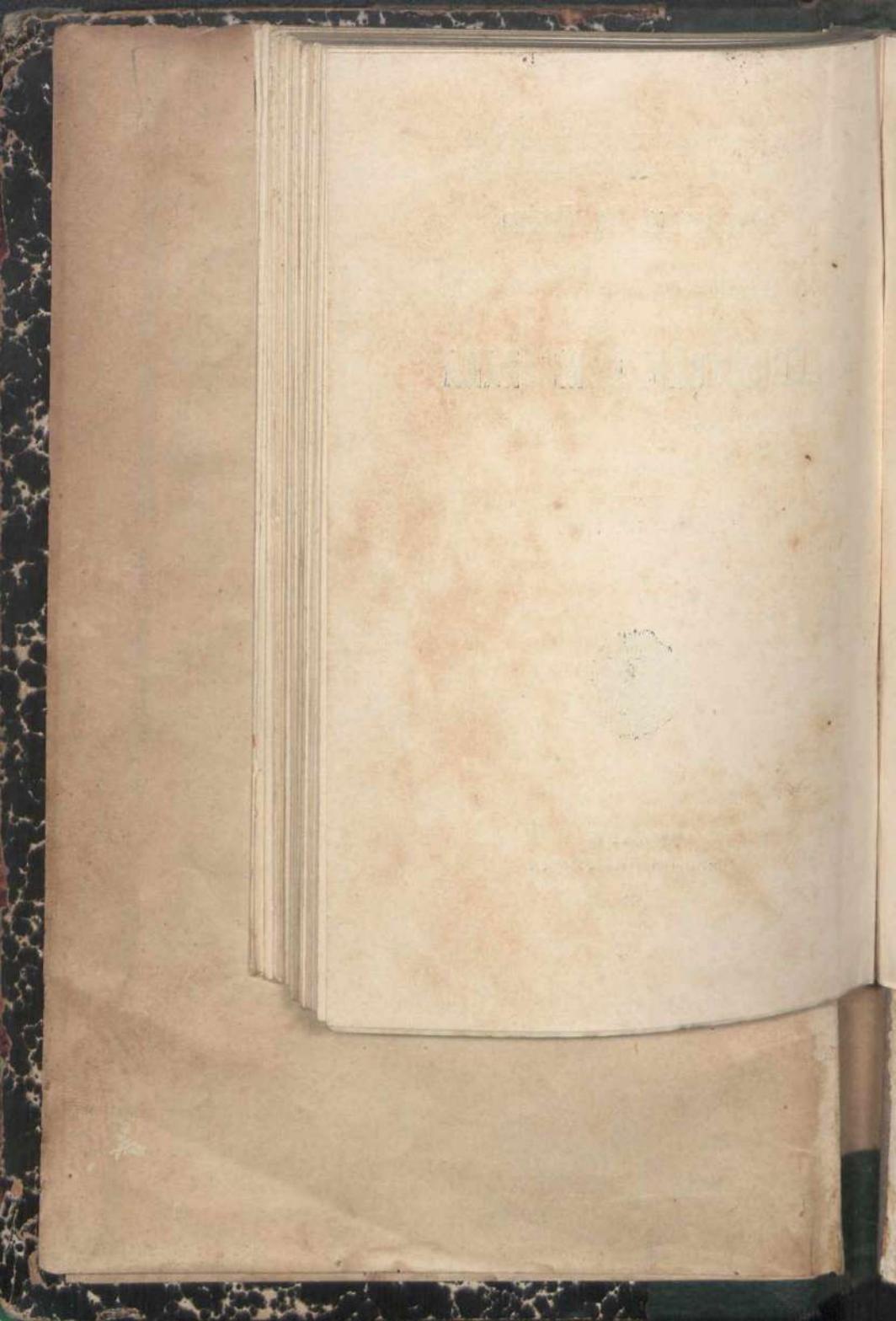
ANNO DE 1907



RECIFE

Emp. d'A PROVINCIA

1907



PROGRAMMA DE ENSINO

DA

4.^a Cadeira do 5.^o Anno

Legislação comparada

1. Legislação comparada em geral. Importância e utilidade do seu estudo. Universalisação do direito.
2. Objecto da cadeira. Materias comprehendidas no seu ensino e methodo applicado no seu estudo.
3. O methodo comparativo e sua applicação ao estudo do direito. A comparação perante a historia e o direito actual.
4. Filiação juridica. O direito privado moderno como transformação do romano e do barbaro. Influências do canonico. Classificação, sob esse ponto de vista, do direito civil moderno.
5. Estudo do grupo de legislações que conservaram de um modo predominante o seu direito nacional, onde as influências romanas e canonicas são quasi nullas.

6. Estudo do grupo de legislações que assimilaram o direito romano de um modo mais ou menos radical.
7. Estudo do grupo de legislações em que o elemento germanico e o romano, influenciados ambos pelo canonico, se conservaram distinctos, para se fundirem mais tarde por quantidades.
8. Estudo das legislações dos povos latino-americanos.
9. O movimento codificador do direito privado na Europa e America. O Japão e o seu direito.
10. O direito privado brasileiro e sua evolução até o momento actual.
11. Theoria das pessoas. Posição juridica do estrangeiro no direito privado moderno. Confrontos de legislações.
12. O casamento perante o direito primitivo, o romano, o canonico e o moderno.
13. O divorcio perante a historia e as legislações actuaes.
14. A propriedade. Sua historia e sua actualidade.
15. Regimens de bens entre conjuges. Systemas legislativos a respeito. Origen e evolução da communhão de bens. Confronto entre o nosso regimen de communhão de bens e o do direito francez e outros.

16. Obrigações. Conceito romano e moderno.
17. Direito hereditario. Successão legitima, sua origem e evolução.
18. Successão testamentaria. Origem e evolução.
19. Commercio. Direito commercial. Systemas adoptados pelas legislações para determinação da qualidade de commerciante. Sociedades mercantis, suas especies e personalidade.
20. Fallencias. Extra-territorialidade e seus effeitos. Do juiz competente em materia de fallencia segundo o direito internacional privado.
21. A caução *judicatum solvi*.
22. Sentenças dos tribunaes estrangeiros. Systemas diversos para sua execução extra-territorial.

Faculdade de Direito do Recife, 1 de Março de 1907.

O lente cathedratico em substituição,

DR. HENRIQUE A. DE A. MILET.

Approved em Congregação de 23 de Março de 1907.

O Secretario,

HENRIQUE MARTINS.

F. D. R.

378.81

R 297 p

2/85

